

ELEMENTOS DA NACIONALIDADE PORTUGUEZA

9 — A invasão dos Arabes na Hespanha e a sua influencia no desenvolvimento da população livre

A Hespanha, que recebera os primeiros impulsos da sua civilização dos dois povos semitas os Phenicios e os Carthaginezes, pela sua situação geographica e pela sua fôrma peninsular estava adaptada para receber o dominio dos Arabes como uma evolução natural dos elementos de progresso que continha em si. A unidade politica dos visigodos era odiosa ao genio separatista e autonomo das populações hispanicas; a unidade catholica, sustentada com a extrema severidade do codigo visigothico, mantinha entre as classes em que predominava o sangue semita um odio profundo que tinha de cooperar com intensidade ao primeiro abalo social. Na larga historia de Hespanha, todas as luctas e catastrophes se agrupam em volta d'estes dois factos; a unidade politica, desde Affonso vi de Leão até Fernando e Isabel, Carlos v e Philippe II, custou rios de sangue e a atrophia da mais activa das nacionalidades; a unidade catholica, quebrada pela Reforma, sustentou-se á custa da mais absurda intolerancia, pelas fogueiras dos Autos de fé, pela imbecilisação systematica de um povo alcançada pelo terror de que os padres cercaram a doutrina religiosa. A aproximação dos Arabes das costas da Hespanha appareceu, na dissolução da unidade politica do imperio visigothico, como uma esperanza e não como uma desgraça; a povoação judaica da peninsula procurou attrahil-os, e os intrigantes da classe aristocratica, em que entra um bispo e um conde, Oppas e Juliano, é que lhes deram a base sobre que se firmou a occupa-

ção militar. A vida historica dos Arabes enchia então o mundo; elles haviam já realisado a sua unidade politica, pela incorporação do Yemen, do Hedjaz e do Nedjed sob a unidade religiosa do islamismo; elles tinham-se elevado do governo patriarchal das tribus pastoraes ao governo centralista do kalifado, e esta fórma da realza soffrera modificações extraordinarias, tornando-se de electiva em hereditaria, dando assim logar a dissidencias entre familias dynasticas, e á confusão do poder real com o pontifical ou religioso do immamato. N'esta corrente centralista, crearam-se os estímulos de reacção que dissolveram o imperio dos arabes em muitos estados independentes, em que os chefes militares se tornavam soberanos e troncos dynasticos. O genio militar prevaleceu na primeira dynastia, a dos Ommyades, que mudaram a capital do imperio da cidade religiosa de Meca para Damasco; suplantada esta dynastia pela dos Abbassidas, que estabeleceram em Bagdad a nova capital, o imperio arabe apresentou um novo esplendor pela assimilação da civilisação persa, em que se conservava a cultura hellenica transmitida para a Asia com as expedições de Alexandre ¹. A conquista do Egypto, e a marcha do dominio arabe para o noroeste da Africa, tornaram este ultimo ramo da grande raça semitica um cooperador activo da civilisação occidental, supprindo a decadencia do imperio romano pela communicação dos elementos scientificos da cultura hellenica, e pelo estímulo de unificação moral para a resistencia dos sectarios do monotheismo europeu contra os crentes do monotheismo oriental. Em rigor, pôde-se affirmar que a entrada dos Arabes na Europa provocou um mais facil advento da civilisação moderna; o que ha de verdade n'esta affirmativa geral é da primeira evidencia com relação á Hespanha. Sem a presença dos Arabes, os Condes visigodos teriam levado a Hespanha ao feudalismo, e o principio da associação local, fonte de todas as liberdades, seria convertido na associação dos bandos de ladrões e assassinos, e a sociedade retrocederia pela sua deploravel instabilidade; sem o governo dos Arabes, o povo trabalhador não conheceria a dignidade civil, nem a reclamaria pela organização dos Concelhos, acabando para sempre com a servidão.

Quando os Arabes lançaram vistas para a conquista da Hespanha, estavam já estabelecidos no norte da Africa, onde tinham submettido as tribus berberes ou amazighs, vinculando a si essa popu-

¹ Sobre a marcha historica dos Arabes, vid. *Historia Universal*, t. II, cap. 3.

lação pela propaganda islamica e pelo cruzamento, d'onde provieram as tribus maurescas. Assim o seu dominio na Africa era impercível; e associadas as tribus laboriosas dos berberes e mouros para engrossar o exercito islamico, Musa, emir de Africa, pensou immediatamente em invadir a Hespanha, perfeitamente conhecida pela communicação com os mercadores judeus e berberes. Como bom general, o seu primeiro cuidado foi apoderar-se de Ceuta, a Septum dos Romanos ainda conservada sob o imperio visigothico; mas o que não conseguiu pela força obteve-o pela infamia do Conde Juliano, que tomando o partido dos filhos de Witiza, que Ruderico desthronára, lhe entregou Ceuta em preço de uma expedição contra o usurpador. Musa, servindo-se das tropas africanas da Berberia e Mauritania, mandou um exercito de doze mil homens commandados por Tarik, o qual desembarcou no promontorio do Calpe, esperando ali novos reforços. Qual a importancia d'este primeiro ponto de desembarque pôde-se ainda hoje vêr pela rapacidade egoista com que a Inglaterra conserva Gibraltar, o *Gebel-Tarik*, assim denominado pelos arabes sob o commando de Tarik. O que os judeus não conseguiram sob o governo de Egica, conseguiu-o a aristocracia visigothica que conspirava contra Ruderico; o general arabe avançou do sul para o centro da península, até se encontrar com as tropas do rei visigodo, destroçando-as junto das margens do Guadalete. Quando Musa soube da extraordinaria victoria do wali do Maghreb, quiz apropriar-se da gloria da conquista e mandou ordem que se evitassem os movimentos até elle vir em pessoa. Não havia tempo a perder, e Tarik, ouvido o conselho dos capitães, proseguiu na occupação, indo a cavallaria commandada por Mogaith para Cordova, duas divisões sobre Malaga e Elvira, e avançando Tarik sobre Toledo, a capital do imperio visigothico. A occupação era rapida; os judeus abriam as portas das cidades, ao passo que a nobreza fugia espavorida, como se viu em Toledo; os exercitos avançavam aproveitando a commoção da terra, e deixavam as cidades tomadas sob a defeza de guarnições dos judeus. A titulo de trazer tropas de refresco, Musa sobe o Guadalquivir, toma Sevilha, e occupando a provincia romano-gothica da Lusitania, conquista Niebla, Ossuna, Mertola, Beja, e vencida a custo Mérida, avançou para Toledo, tendo feito o encontro com Tarik em Talavera. O emir de Africa senhor do commando supremo quiz julgar em conselho de guerra Tarik por desobediencia, e teve-o preso até que uma ordem expressa do kalifa o restituiu ao seu posto; Musa continuou avançando para o norte, ao passo que Tarik, commandando as tropas maurescas avançava para a parte oriental, vindo a encontrar-se outra vez em Saragoça, e partindo depois de conquistar o Aragoão e Catalunha para a Galliza. Abdelaziz, filho do Emir de Africa, que se tornára nota-

vel por ter subjugado Sevilha, que se rebellára, avançou para o sudeste, em perseguição do conde Theodemiro, que depois da derrota de Guadalete se refugiára no territorio de Murcia com algumas tropas foragidas; bateu-o em Lorca, e por fim obrigando-o a entregar-se no cêrco de Orihuela, as duas provincias de Murcia e Valencia cahiram totalmente em poder dos arabes. Em menos de dois annos estava consummada a conquista. As rivalidades entre Musa e Tarik fizeram com que fossem desviados da peninsula pelo kalifa; Musa fez do governo da Hespanha um emirado e deu-o a seu filho Abdelaziz, ficando a capital em Sevilha. Durante a conquista, Tarik distinguira-se pela sua clemencia e justiça para com as populações vencidas, da mesma fórma que Abdelaziz; uma ou outra vez pelos accidentes da guerra as cidades e povoações soffreram, mas nunca se deu a devastação systematica.

O Arabe via por instincto na Hespanha uma patria; lembravelhe o Yemen, com a sua frescura e fecundidade. É provavel que grande parte da nobreza visigothica fizesse como o conde Theodemiro, reconhecendo o dominio mussulmano e ficando como principes tributarios; mas essa aristocracia era catholica romana, e pela sugestão dos Bispos, como o de Toledo, refugiou-se n'aquella parte da Hespanha que desde a incorporação romana luctára sempre pela sua independencia; tal foi esse nucleo quasi desconhecido de refugiados das Asturias, que vieram depois das correrias de Pelagio a tornarem-se de guerrilheiros em um pequeno estado, centro de toda a reconquista christã. Estão em presença todos os elementos activos da futura Hespanha; cada um segue a sua evolução propria, influindo-se mutuamente. Em primeiro lugar estão as classes sedentarias, que acceitaram o dominio mussulmano, e que por se apoderarem dos altos recursos da civilização d'essa forte raça, eram como imitadores dos arabes ou *Mostarabes*; em segundo lugar temos a historia intima do emirado de Hespanha, caminhando para a centralização do imperio de Cordova, até se desmembrar nos emirados independentes; por ultimo temos a tradição romano-gothica, ou catholico-feudal, luctando para restaurar um passado sem vantagem e verdadeiramente atrazado, explorando os odios de religião, que por seu turno se mostravam sem efficacia. No meio d'este longo conflicto, em que se elabora a sociedade moderna da Hespanha, e se organisam as condições de autonomia para novas nacionalidades, o que era natural seguiu a sua expansão, e envolveu todos os outros elementos; assim as classes sedentarias desenvolveram-se pela liberdade da associação local, e produziram essa cousa nova, chamada povo livre, ao passo que, apesar dos mais violentos esforços para fundar a unidade politica da peninsula, o imperio de Cordova ou o imperio de Leão e Castella, dissolvem-se em emirados inde-

pendentes ou em condados soberanos, porque essa unidade foi uma criação dos Romanos e não uma consequencia da mesologia e genio dos povos hispanicos. É extremamente interessante o seguir a marcha d'estes tres elementos, que se desconheceraem entre si; a historia do dominio dos Arabes na Hespanha é um grande drama social, e um campo cheio de factos para a Sociologia. Contar as luctas da cruz contra o crescente, as algaradas dos guerrilheiros asturianos, e a successão das intrigas dos varios emires da Hespanha, é um trabalho esteril, desde que se não vae tirando dos factos as grandes consequencias sociaes que encerram; a historia fica letra morta, e a memoria mal póde retêr nomes e datas sem sentido. A historia do dominio arabe, apparentemente tão complicada, enche-se de claridade e simplicidade, desde que se submete ao criterio superior que deriva da vista de conjuncto da marcha da civilização hispanica. A fôrma benigna da invasão, e os elementos berberes e maurescos que constituíam o grosso dos exercitos arabes, encerram a causa da estabilidade pacifica e desenvolvimento industrial d'essa classe sedentaria que acceitou o dominio dos novos occupadores da peninsula. A assimilação da cultura arabe provém não só da sua superioridade, como da sympathia; a tolerancia politica e religiosa dos poderosos emires contrastava com a brutalidade da aristocracia visogothica, cujas instituições insupportaveis estão descriptas no *Livro das Leis*, devendo considerar-se a sua restauração incompleta como um deploravel retrocesso. É esta a razão, porque as povoações conquistadas e reconquistadas eram quasi sempre indifferentes aos interesses da monarchia neo-gothica, seguindo de um modo passivo a sorte da guerra, e mostrando-se alheias a toda a exaltação religiosa, facto extraordinario que desmente o character da lucta entre as duas raças, que os historiadores rhetoricos tentaram colorir exagerando a antinomia entre o monothetismo occidental e oriental. Muitas vezes os condes christãos luctaram sob os estandartes sarracenos, ou casaram com mulheres arabes, e nas reacções separatistas entre os estados hispano-godos, ou mesmo entre os diversos emirados, os dissidentes das duas raças coadjuvavam-se nos seus mutuos conflictos. A base da lucta entre os hispano-godos e os arabes não assenta sobre as hostilidades nacionaes; as duas nacionalidades assimilaram-se, muitas instituições arabes, como a cavalleria religiosa e o systema administrativo, conservaram-se na sociedade neo-gothica. O combate era entre duas civilizações, a das raças semiticas que pelos Arabes ainda tentára recuperar a sua hegemonia na humanidade, e a das raças áricas do occidente que procuraram continuar a cultura greco-romana; a parte que compete n'este combate á França meridional e aos condes frankos que vieram á Hespanha sob o mesmo espirito

que os levára na corrente das Cruzadas, é que nos revela a profundidade do movimento, que não é senão o periodo *defensivo* que serviu de transição para o periodo de *trabalho* que caracteriza a Civilização occidental. Os Arabes como herdeiros da cultura hellenica, e sendo os iniciadores da primeira Renascença na Europa, tinham esse ponto de contacto com os povos occidentaes, pelo qual exerceram uma influencia na Italia, França meridional e Hespanha, apesar da differença da sua linguagem e religião; por tanto a modificação operada na sociedade neo-gothica ao contacto com os Arabes, não é um phenomeno historico peculiar á peninsula, é commum, postoque com menos intensidade á Europa occidental. Existe uma palpavel contradicção entre os factos e os narradores da invasão arabe, que levados pelo espirito catholico comparam esses propagadores da cultura hellenica com a *peste*, e lhes dão o epitheto de *barbaros*. Isidoro de Beja escreve sob a impressão primeira do terror, Sebastião de Salamanca e Sampiro fazem estylo, dando largas ao improperio e carregando as côres do quadro da invasão, como na Chronica de Albaida; Lucas de Tuy, e ainda com mais rhetorica Rodrigo de Toledo, representam a Hespanha despoitada totalmente pelo alfange sarraceno ou pela transplantação dos poucos que sobreviveram para as montanhas das Asturias. Como chronicistas catholicos dão largas ao espirito odioso de quem pretende crear força na sobreexcitação do fanatismo; designam a invasão da Hespanha pela palavra *destruição*, e ampliando imagens equiparam esse facto á queda de Jerusalem, á ruina de Troya ou de Babilonia, contradictando-se inconscientemente, como o proprio Lucas de Tuy que falla da benignidade e justiça com que os emires El-Horr e Jahia protegiam os vencidos; ou como o Pacense, que testemunha que os vencidos, sob o governo de Okba se regiam pelas suas leis proprias; ou ainda como Eulogio e Alyaro de Cordova, que alludem á conservação de juizes e condes christãos com as suas distincções nobiliarias entre as populações subjugadas. Assim desviadas as efflorescencias do estylo em que se expande o *odium theologicum*, os factos deixam transparecer a benignidade da occupação dos Arabes, condição logica para comprehender o desenvolvimento da classe sedentaria ou popular dos Mosarabes. Na invasão dos visigodos as populações hispano-romanas foram obrigadas a entregar duas terças partes dos seus bens aos vencedores ficando com uma só parte (a *tertia Romanorum*); na conquista arabe, exigiu-se apenas um tributo porporcional aos haveres de cada um, reconhecendo-lhe a sua propriedade, e mais ainda a liberdade de seguir a sua religião e a protecção dos seus templos e culto; Tarik, Abdelaziz, Ayub, El-Horr, Jahia-ben-Salema, Okba, conquistadores e emires são celebrados pela benevolencia com que procederam no estabele-

cimento do dominio arabe na Hespanha, em conformidade com a vontade do kalifa Omar-ben-Abdelaziz, que impunha uma absoluta tolerancia religiosa. As populações conquistadas pagavam um tributo territorial (*karadji*) e outro pessoal, (*djzihed*) e conservavam a sua posse, os seus templos, o seu culto independente e até as suas justicas ou fóro, as distincções de classe e a clientela das anteriores instituições visigothicas, tendo diante de si o livre accesso na carreira militar entre as guarnições arabes. Diante d'estes factos comprehende-se como em menos de um seculo as duas sociedades tendiam a assimilarem-se, prevalecendo a que apresentava um caracter superior, isto é, generalisando-se o uso da lingua e da escriptura arabe, as fórmulas artisticas da poesia, da litteratura, da architectura, da sumptuaria, a educação scientifica, industrial e philosophica; pelo seu lado os refugiados das Asturias conservaram por muito tempo o isolamento de uma guerrilha, ficando o novo estado confinado ainda sob Pelagio e Fafila ás montanhas do seu primeiro asylo. As cidades e villas occupadas pelos arabes tornaram-se florescentes e populosas; os arabes servindo-se dos judeus para fazerem a guarnição dos pontos conquistados, trazendo da Africa soldados e tribus de berberes, não tinham gente bastante para que na occupação preponderasse a raça semita, de que elles eram os ultimos representantes. Esta circumstancia, explicada pelas vastissimas conquistas do imperio arabe no Oriente, se de um lado encerra o porquê das luctas do elemento berber, que veio a prevalecer em Hespanha sob os Almoravides, tambem nos faz comprehender a importancia da população hispanica, que ficou e se desenvolveu á custa da tolerancia e poderosa organização administrativa dos mussulmanos. Essas populações apresentam-nos um facto aparentemente contradictorio: o desenvolvimento das suas tradições juridicas e instituições livres, e ao mesmo tempo o abandono do latim pela lingua arabe e a imitação dos costumes semitas, como as dansas, as musicas, as canções e ainda a circumcisão, á qual allude Alvaro de Cordova. Herculano, considerando na Historia de Portugal este importante facto social dos *Mosarabes*, viu apenas metade do problema; descreve como essas populações hispano-romanas se desenvolvem ao contacto da civilização e tolerancia dos arabes facilitando o progresso da reconquista christã e da incorporação neo-gothica, mas desconheceu totalmente o que havia de tradicional ou consuetudinario no estabelecimento dos Foraes e Concelhos, cujas fórmulas tinham sido perdidas pelos homens livres, renovadas sob a tolerancia arabe, e reconhecidas sob a reconquista neo-gothica, que debalde tentava impôr os privilegios aristocraticos e a unidade monarchica no *Fuero juzgo*. Eram tão importantes estas tradições juridicas, que não só subsistem muitos symbolos e fórmulas nos ve-

Ihos Foraes redigidos para garantia das novas populações livres, mas na desmembração do Condado de Portugal os reis que planearam a independência de uma nova monarchia, apoiavam-se n'esses nucleos de autonomia local, legalizando a existencia dos Concelhos, como o fizeram D. Affonso Henriques, D. Sancho I, e ainda D. Affonso III. Os chamados fundadores da nacionalidade portugueza, e os reis denominados povoadores não fizeram mais do que obedecer á tendencia irresistivel das povoações mosarabes, que se entregavam a quem lhes garantisse a estabilidade das suas instituições. Sem o estudo d'esta grande classe social dos Mosarabes é impossivel comprehender a formação da nacionalidade portugueza e as suas intimas relações com os povos da Spania ou da provincia do Andaluz, que já no periodo da occupação celtica formavam uma certa unidade territorial e ethnica. O nome de *Mosarabe* foi dado exclusivamente á população hispano-goda que se conservou sob o dominio arabe conservando o seu culto christão; esse dominio que abrangia todo o imperio de Cordova era designado pelos leonezes pelo nome de *Spania*, e na toponymia arabe pelo de *Andaluz*; assim avançando do sul para o norte da peninsula, a intensidade das populações mosarabes ia diminuindo, em parte pelo systema de devastação dos asturo-leonezes que se defendiam com os desertos da fronteira, e em parte porque a conquista arabe recuou muito cedo para o sul do Douro. Herculano conclue: «Por isso na Beira o mosarabismo devia caracterisar mais profundamente a população do que ao norte do Douro, e mais aquí do que na moderna Galliza, facto este que facilitou muito a fixação do dominio sarraceno na maior parte dos territorios entre aquelle rio e o Mondego durante a primeira metade do seculo XI, ao passo que esse dominio, prolongando-se por sessenta annos, tornava mais proeminentes, digamos assim, as feições *mosarabicas* dos povoadores christãos vindos para ali da Spania ou Andaluz em diversos tempos e por diversos modos, e já moldados mais ou menos pelo typo da civilisação sarracena.»¹ O facto da tardia incorporação dos territorios da Beira no condado da Galliza faz comprehender a razão da preponderancia do elemento mosarabe n'esta provincia, e ao mesmó tempo a causa da separação do Condado de Portugal e das luctas para a sua independencia como estado autonomo da unidade leoneza. Se n'esta lucta a Galliza não formou com Portugal um unico estado, como o indicavam a continuidade do territorio e a simultaneidade da lingua e

¹ *Hist. de Port.*, t. III, p. 191.

cultura, é porque a população era differente; no estado de Portugal, que se desenvolvia conquistando os territorios do sul, á medida que se alargava, fortalecia-se tambem com uma compacta população mosarabe que ia encontrando pela Beira, Extremadura, Alemtejo e Algarve. Era uma profunda differença ethnica, e a accentuação de um typo nacional. Até certo ponto é admissivel a designação de *raça* mosarabe, que, como adiante explicaremos, não se limita a simples modificações sociaes.

O nome de *Mosarabe*, com que apparecem designadas as populações que viveram sob o dominio arabe até serem incorporadas na reconquista neo-gothica, foi-lhes dado pelos proprios arabes na forma *Musta'rab*, que significa, segundo a auctoridade de Gayangos, o que vive conforme a maneira arabe. Tambem na unificação dos diversos povos da peninsula da Arabia, Ibn-Kaldun dá o nome de *Mustariba* aos que acceitaram no Yemen e no Hedjaz esse dominio constituindo um só povo. Repetiu-se o facto na peninsula hispanica, e temos para nós que sob o nome de *Mosarabes* se comprehendiam não só as populações christãs, como tambem as colonias berberes e maurescas trazidas da Africa. Isto infere-se do facto singular, de vérmos na reconquista christã as populações mosarabes ficarem sob a servidão dos vencedores, facto contra o qual protestou S. Theotónio, bispo de Santa Cruz de Coimbra, como consta da sua vida. Se isto se dava, é porque sob o nome de *Mosarabe* tambem se incluíam as colonias agricolas dos Berberes. Na linguagem do povo ainda hoje a época do dominio arabe é designada pelo *tempo dos mouros*; desconhecendo o nome de arabe, porque o seu contacto foi exclusivamente com essas colonias agricolas, que tornaram a peninsula um verdadeiro jardim. Os systemas da cultura mauresca, como as *noras* e as *matamorras*, ou celleiros subterraneos, e a deambulação dos gados, persistem entre o nosso povo; a linguagem chamada de *aravia*, fallada pelo povo ainda no seculo XI, era um dialecto e não o arabe classico, bem como as dansas e cantos eram desprezados pelas classes elevadas como cousas indignas. Vê-se, portanto, que as populações christãs foram sob o nome geral de *Mosarabes* incorporadas com as colonias berberes e maurescas pelos Arabes; este facto deduz-se do grande numero de colonias trazidas da Africa, e do immenso desenvolvimento que teve a agricultura na peninsula devida a estes colonisadores. Os arabes fizeram a conquista da peninsula com tropas berberes, e esta circumstancia fez com que um grande numero de familias berberes viessem estabelecer-se na Hespanha. As revoltas da Berberia refletiam-se nas luctas do emirado em Hespanha e vice-versa; e todas as vezes que podiam, essas colonias repelliam os walis arabes. Hautala, subjugando uma revolta de berberes na Africa transplantou quinze

mil para a Hespanha; no meio dos elementos desconnexos, com que os Arabes occupavam a peninsula, yemenitas ou sabeanos, modharitas, egypcios, assyrios e berberes, eram estes ultimos os que tinham a preponderancia pelo seu numero, a ponto de alterar o governo da peninsula hispanica, fazendo aqui uma restauração da dynastia dos Ommyadas, em Abderrahman-Maawia, que sob a perseguição dos Abbasidas se refugiára entre as tribus berberes dos zanetas. Os territorios da Lusitania tinham sido occupados especialmente por uma população de egypcios e berberes, circumstancia que fez com que Abderrahman depois do seu triumpho decisivo visitasse esta provincia e a enriquecesse com edificações sumptuosas. Mas todas as agitações que perturbaram o kalifado de Hespanha, e desmembraram a unidade arabe nos emirados independentes, foram devidas a esse poderoso elemento berber. As revoluções partiam do sul da peninsula, como a da tribu berber de Takerna, propagavam-se a Toledo, Murcia e Valencia, a Beja e Lisboa. Por uma Carta do monarcha franko Hludovig aos habitantes de Mérida, chamando-os á revolta contra Abderrahman, «se vê que os habitantes da capital da antiga Lusitania eram principalmente christãos *mosarabes*.»¹ As revoltas eram exclusivamente dos berberes, e este documento mostra-nos já a intima solidariedade de interesses com as populações christãs. A usurpação do ministro El Makkari, o grande Almansor, que exercia o kalifado em nome de Hacham, apoiava-se sobre as tropas berberes, que chamava de Africa, destituindo de todos os cargos elevados os arabes, e substituindo-os por berberes. A época brilhante do governo de Almansor, em que as artes e sciencias floresceram tanto na Hespanha, deve-se considerar exclusivamente berber, e ás suas escolas concorriam muitissimos estudantes christãos. Nas longas dissidencias intestinas que dissolveram o dominio dos Arabes na Hespanha, faziam ou que levantassem tropas em Africa, ou que pedissem auxilio aos emires que aí se haviam tornado independentes; assim quando já o rei leonez Affonso vi se ia tornando invencivel, os varios partidos sarracenos resolveram pedir auxilio para Africa aos Almoravides do imperio da Mauritania ou Maghreb. Por todos estes factos se pôde reconhecer a extraordinaria preponderancia do elemento berber e mauresco na peninsula; estes povos é que viveram em contacto com os christãos mosarabes, ao passo que o elemento arabe puro constituia uma aristocracia isolada, cuja educação tendia a completar-

¹ Herculano, *Hist. de Port.*, t. I, p. 76.

se algum tempo no deserto, para não adquirirem os hábitos da sociedade sedentária.

Posto o problema sob este aspecto, os cruzamentos entre christãos e arabes limitam-se a uma naturalisação do elemento berber, facil não só pelos antecedentes ethnicos, em que com os iberos (dolichocephalos, como os berberes, e considerados como entrando no sul da Europa vindos da Africa) se cruzaram os lybio-phenicios e os bastados carthaginezes, como pela similaridade dos seus hábitos agricolas e sedentarios. É assim que o *Mosarabe*, por effeito de uma recorrencia ethnica, constitue no rigoroso valor da palavra, uma raça, em que se conserva o typo anthropologico e a ethnologia, de que são prova eloquente os costumes populares, tão semelhantes em Portugal e a Andaluzia, unificados sob os romanos, godos e arabes.

Por este cruzamento, que se demonstra tambem pelo facto sociologico da mistura de nomes godos e arabes em individuos da mesma familia, em documentos dos seculos x e xi, se explica o facto por que no triumpho da reconquista christã, essas populações ditas arabes (mas que para os primeiros emires eram simplesmente *mosarabes*) se deixaram ficar captivas sob o dominio dos novos reis leonezes.

O Imperio dos Arabes caíu na Peninsula pela influencia dos berberes, e á sua fusão com os hispano-godos é que compete strictamente o nome de *Mosarabes*. São estas as populações agricolas d'esses villares, aldeias, casaes e granjas que os conquistadores christãos achavam na sua passagem e dos quaes algumas vézes separaram o elemento christão, transplantando algumas familias ou levando-as captivas.

O facto da religião é aqui nullo para estabelecer uma differença social; os dois monotheismos penetravam-se: apparecem padres e bispos com nomes arabicos, no mesmo templo se celebravam ás vezes os dois cultos, e nas alfaias catholicas bordadas com labores arabes apparecem versiculos do Koran. Em diversos documentos do *Livro Preto* da Sé de Coimbra, desde o começo do seculo x, apparecem as provas d'esta fusão das duas sociedades, os nomes godos reunidos aos nomes arabes; assim em 922, os irmãos *Abderrahman*, *Maurone* e *Ielvira* cedem ao bispo de Coimbra o seu mosteiro de Crestuma. O que aqui se vê n'esta familia, em que o nome da mulher é germanico, repete-se em uma doação ao mosteiro da Vacariça em 1036, em que figuram como testemunhas *Zacoi-Ibn-Belliti*, sendo o nome de *Belliti* godo, isto é, com o patronymico arabe, filho de *Vellido* e *Abdela-Argeriquiz*, isto é, filho de *Argerico*, nome godo com a fórma patronymica, que ainda usamos em *Henriques*, *Alvares*, *Sanches*.

Em uma carta de reconhecimento da villa de Esmoriz, de 1054, figura D. *Gonsalo Ibn Egas*, isto é, filho de Egas Erotez; ainda se conserva este nome no hespanhol *Venegas*, e no portuguez *Viegas*. Na demarcação de uma propriedade comprada pelo abbade da Vacariça, figura como seu primeiro dono *Cúello Ibn-Alazate*, e sua mulher com um nome godo *Ermengoda* Jucet. Na doação do Conde Senando da villa da Orta ao mosteiro da Vacariça em 1064, confirmam juntamente com o conde, e com tres bispos, *Jezerac Ibn Zoleima*, *Pelagius Ibn Alafé*, *Midus Ibn Daviz*, *Zacharias Ibn David*, e *Zoleiman Ibn Afra*. Já no reinado de Affonso vi, o *presbytero Zalama* deixa ao mosteiro de Lorvão uma igreja e outros bens; e na questão levantada a este respeito pelo mosteiro da Vacariça foram arbitros o *arcediogo Zoleima*, e o *juiz do Vouga Atan* (Haithan).

No testamento de Dona Menendez, d'esta mesma época, é confirmante *Petrus presbyter Zoleima*, e testemunhas Calaf levita, e *Merwan*. Em um contracto de 1090, com o bispo de Coimbra, figura uma *Justa*, irmã de *Abdirahman*; uma irmã d'esta, Maria, era casada com Pedro Atanañldiz. Na doação á Sé de Coimbra, da igreja de Sam Martinho, em 1096, as testemunhas que assistiram previamente á missa e assignam como confirmantes, são *Pelagius Abu Nazar*, *presbyter*, *Zoleiman Leovegeldiz*, *presbyter*, *Petrus qui est Zalama*, *presbyter*, e entre as testemunhas *Marwan*, e *Marlinus Ibn Tomad*¹. A abundancia d'estes factos leva á evidencia a realidade da fusão das duas raças; aqui os nomes godos ligam-se na mesma familia com os nomes arabes; as testemunhas com nomes arabes ouvem missas antes de assignarem os contractos umas vezes redigidos por notarios com nome arabe, outras vezes escriptos em estylo arabe com palavras latinãs; é frequentissimo o caso de presbyteros christãos usarem nomes arabes, traduzindo muitas vezes a sua dignidade, como *Abu Nazar*, isto é, padre christão. N'esta fusão das duas sociedades, é preciso distinguir bem o facto que é o elemento berber e mauresco que preponderava no Andaluz (Betica e Lusitania), e por tanto que a designação de *mosarabe* comprehende elementos, que para os musulmanos eram extranhos e seus assimilados.

Basta considerar, que este nome de *Mosarabe* foi dado pelos Arabes da Hespanha a essa nova população que se desenvolveu

¹ *Livro Preto, da Sé de Coimbra*, fl. 38, 52, 48, 57, 213, 14, e 16 v. Apud Herculano, *Historia de Portugal*, t. III, not. xiv, p. 247.

por cruzamentos e por interesses civis desde o seculo VIII até ao fim do seculo XI; quando essas populações foram incorporadas pela reconquista em estados christãos, conservou-se-lhes o nome que já tinham, como fez Affonso VI, no Foral de Toledo, de 1118, distinguindo-as dos novos elementos de população, castelhanos e Frankos. No *Poema do Cid* cita-se em um verso *toda la mosarabia*, no sentido vulgar de povo; na *Vida de S. Theotonio* enumeram-se as familias *mosarabes* tornadas captivas pela reconquista e libertadas por intercessão do Santo Prior, e nos Milagres de S. Vicente, de Mestre Estevam, particularisa-se o nome de *mosarabes* aos christãos das cidades tomadas aos arabes ao sul do Tejo. Apesar do sentido restricto d'esta designação em alguns dos documentos citados, o modo como eram tratados os mosarabes pelos conquistadores christãos revela-nos que sob este nome se comprehendia uma numerosa classe social nova, formada pelo cruzamento dos hispano-godos com as colonias agricolas de berberes e mouros.

Dizemos classe social, porque foi ella que embaraçou a restauração completa da servidão visigothica, creando pelo estabelecimento dos Concelhos e das garantias locaes a moderna vida civil; mas em rigor, poderíamos sem atacar as leis da anthropologia consideral-a como uma raça, attendendo ás persistencias provadas do elemento iberico e ás recorrencias provocadas pelas colonias de lybio-phenicios, bastados, alanos, berberes e mouros. Este cruzamento ethnico dos *Mosarabes* obrigava os conquistadores a abandonarem o systema de exterminio, e a reconhecerem a existencia civil e a respeitarem as garantias d'essas populações sedentarias; porque os vencidos não abandonavam o territorio, e reconheciam com facilidade o dominio leonez, e por outro lado « havia muitos mosarabes, que se não resolviam a abandonar a convivencia dos musulmanos ainda nos logares mais visinhos onde dominava a cruz triumphante. » ¹

A fusão que constitue o vasto elemento mosarabe era intima e indissolúvel; por isso Affonso VI reconhecia aos *mouros* de Toledo as suas franquias, propriedades e culto; na tomada de Santarem de 1093, os sarracenos permanecem aí sob a protecção do proprio monarcha leonez, e na tomada de Valencia pelo Cid elles conservam as mesmas garantias dadas aos de Toledo; Dom Affonso Henriques seguiu esta corrente imposta pela necessidade das circumstancias no foral dado aos mouros de Lisboa, que serviu de typo

¹ Herculano, *op. cit.*, t. III, p. 198.

ao das outras populações do Alemtejo até á época de D. Affonso III. O facto preponderante e verdadeiramente notavel, é que na ampliação do territorio de Portugal pela Extremadura, Alemtejo e Algarve, as populações maurescas ficaram vivendo livremente, sendo-lhe o seu direito reconhecido. Não que estivessem afrouxados os odios de raça e de religião, mas porque existia uma população nova creada durante tres seculos, que era o nucleo popular dos novos estados, que se iam constituindo.

Assim como os nomes proprios, que firmam importantes documentos desde o começo do seculo x, nos revelam a fusão que produziu a sociedade mosarabe, por titulos de transacções e inventarios de propriedades se deduz a existencia de numerosas villas, aldeias, villares, casaes, granjas, portellas e logares habitados, d'onde se conclue que a população dos estados neo-gothicos já estava creada, e que geralmente se tornou alheia ás luctas entre os leonezes e o kalifado e emirados dos Arabes.

Em uma carta de venda do mosteiro de Sever do Vouga, de 1005, citam-se *villas e mosteiros*, como os de Sam Paio, Santo André e Sam Christovam e Vacariça, e as aldeias de Sever, de Martim, de Paço e de Nespreira, quando o dominio dos arabes chegava até ao Douro; no territorio sarraceno, de Lafões, em 1002 *villa Cercosa e villa Nova* no districto de Coimbra em 1006, a villa de *Recardães*, a villa de *Spinileto*, ao sul do Vouga, a villa de *Castellães*, *Calambria* e *Penegario*, dos hispados de Vizeu e Lamego, eram citadas nos contractos entre christãos como objecto e como limite das suas propriedades em vendas e doações entre si sob o dominio musulmano.

No importantissimo inventario dos bens do mosteiro da Vacariça de 1064, ai se mencionaram como suas propriedades as povoações de *Moçarros*, *Villar de Correixe*, *Sangalhos*, *Barró*, *Morangdos*, *Tamengos*, *Horta*, *Ventosa*, *Cepins*, *Eilantes*, *Alfavara*, *Murtede*, *Aldeia de Mestre Montagueime*, *Freixenede*, *Santa Eulalia*, *Vimieiro*, *Louredo*, *Santa Christina*, *Canellas*, *Lugo*, *Sam Paio de Varzeas*, *Mortagoa*, *Soure*, com egrejas e mosteiros. Redigido este inventario depois da tomada de Coimbra aos Arabes, vê-se que todas estas villas e povoações dependentes do cenobio da Vacariça existiam de longo tempo, e pôde dizer-se que se desenvolveram durante esses tres seculos de dominio musulmano; por elle se faz uma ideia aproximada do estado da população mosarabe da provincia da Beira.

O estado da população nos territorios entre o Douro e o Mondego, infere-se tambem com certa clareza pelos Inventarios de 1050 e 1077 dos bens de Egas Erotez e seu filho Gonsalo Ibn-Egas, em que se citam numerosos casaes, villares e herdamentos pertencentes a seus descendentes. Documentos analogos se acham no *Li-*

vro preto, da Sé de Coimbra, como o citado da Vacariça, e a doação de Fernando I, de 1065 á sé de Compostella, da aldeia de *Vias-tes*, de *Creixomir*, de *S. Lourenço*, e *Trazavolo*; bem como a enumeração de granjas, villares, mosteiros e igrejas de além-Douro, pertencentes ao mosteiro de Leça. No *Liber Fidei* de Braga, e de *D. Mumadona*, de Guimarães, se acham abundantes elementos para completar o quadro da população rural na primeira metade do seculo XI. ¹

De tudo isto se infere, que o territorio occupado pelos arabes ou pelos leonezes, segundo as alternativas da guerra, não estava devastado, como querem fazer suppôr os chronistas ecclesiasticos; essas populações eram indifferentes ás luctas em que a unidade arabe se dissolvia em emirados independentes, ou em que a unidade visigothica se desmembrava em condados soberanos. Quando o territorio do sul do Douro e a Beira caíram sob o poder dos monarchas leonezes, elles não tiveram que repovoar; o mais que fizeram foi confiar a guarda dos castellos a algum fidalgo asturo-leonez ou gallego.

Quando o Condado de Portugal se tornou autonomo, foi esta numerosa população que serviu de base ás tentativas continuas de emancipação proseguidas pelo cavalleiro franko Henrique de Borgonha, sua mulher D. Thareza, e seu filho Affonso Henriques. O grande desenvolvimento das franquias foraleiras sob os seus governos significa um reconhecimento do estado existente, que seria perturbado sob o dominio dos leonezes, que procuravam na sua pretendida restauração da unidade visigothica restabelecer a servidão e o atrazo e desigualdade social da época de Chindaswintho e Receswintho. É por isso que a concessão dos Foraes, que é o facto mais característico da organização da nacionalidade portugueza, é simultaneamente uma revolta e uma cedencia real.

Assim, estudado este elemento popular, formado em tres seculos de tolerancia politica dos Arabes e ao contacto da sua civilização, temos de completar o quadro da desmembração gradual do Imperio de Cordova, e da apparente unificação da monarchia neogothica, até Affonso VI, em que o estado de Portugal se constitue pelo predominio das tendencias separatistas e cantonaes, que nunca poderão ser extinctas n'este solo hispanico. Nada mais fastidioso e absurdo do que enumerar a successão dos emires arabes que governaram a peninsula, suas intrigas de partido, suas revoltas até

¹ Herculano, *Hist. de Port.*, t. III, nota XIII.

se chegar á emancipação do kalifado de Damasco constituindo-se o novo kalifado de Cordova, e successiva dissolução d'este em novos estados como os de Toledo, Sevilha, Granada, Malaga, Almeria, Badajoz, Murcia, Valencia, Denia e Baleares.

Porém, desde que se descobre o phenomeno social da tendencia separatista, que na Hespanha, pelo facto de nunca se ter comprehendido a solução federal, perturba todos os movimentos politicos de aggregação nacional, todas estas luctas se convertem em um assombroso drama, com o maximo interesse sociologico, fazendo-nos penetrar na comprehensão dos factos até então incoherentes e absurdos. O que se passa no dominio arabe em Hespanha, é em tudo semelhante ao que verêmos nas monarchias neo-gothicas, obedecendo ambas a estímulos communs.

THEOPHILO BRAGA.

PATHOLOGIA DA VONTADE

Estudar a *faculdade* volitiva, investigar a natureza da sua genese, determinando as leis de toda a sua evolução, é um trabalho difficilimo, um emmaranhado de problemas que assentam na maior parte em hypotheses, ás quaes a moderna psychologia pretende imprimir a certeza que se exige n'esta ordem de trabalhos scientificos. Outro assumpto, e de um grande valor, se antepõe igualmente ao estudo da *vontade* sob o ponto de vista physio-psychologico: é a eterna questão da sim ou não existencia do livre arbitrio. Estudar a *vontade* como um phenomeno ou um grupo de phenomenos que resultam de forças componentes de natureza variavel e de complexidade diversa, ou aceitar a *vontade* como uma *faculdade*, uma criação independente da ordem natural dos factos, um modo de ser absoluto da alma, sem relação com os phenomenos anteriores, corresponde a admittir o determinismo scientifico como uma verdade ou cahir em uma falsa sciencia, sem leis e que só pôde ter por base abstracções metaphysicas, sem valor experimental. É por isso que nos não parece justificada a opinião de Ribot quando no seu ultimo livro ¹ pretende separar o problema do livre arbitrio do da vontade como um todo subordinado a leis determinadas, embora nem todas aceites como certas. Pensamos que, se todos os phenomenos biologicos, a qualquer ordem que pertençam, derivam de

¹ *Maladies de la volonté.*

forças antecedentes, os phenomenos psychologicos, que não são mais que a continuação do modo de ser biologico mais alto da materia, devem igualmente estar sujeitos a condições fixas d'existencia, embora pela sua grande variabilidade não esteja no nosso dominio marcal-as com nitidez e rigor mathematico.

Analysar um phenomeno é procurar a sua etiologia, é investigar a sua origem remota, as suas variantes em um individuo e em uma serie, determinar as suas modalidades extinctas e prevêr as modalidades que chegam. A historia completa d'este conjuncto é a historia completa de toda a evolução do phenomeno desde a sua genese até á sua transformação completa. Assim como pela simples inspecção anatomo-physiologica do homem ou de qualquer animal se não pôde conhecer a sua verdadeira origem, da mesma fôrma o estudo do grupo dos phenomenos que constituem a faculdade volitiva só pôde ser feito com utilidade quando, descendo a escala animal ou no homem em cada um dos periodos da sua existencia, fôrmos investigar em cada um d'esses estadios o character particular d'este phenomeno physio-psychologico.

É sabido que a transformação dinamica das forças, que, na sua mais alta expressão, é ¹ « uma integração da materia acompanhada de uma perda de movimento, durante a qual a materia passa de uma homogeneidade indefnida, incoherente, a uma heterogeneidade defnida, coerente, e o movimento latente soffre uma transformação igual », nos mostra á luz de uma lei rigorosa que entre os phenomenos physico-chimicos e os mais simples da biologia os pontos de contacto são tão nitidos, tão completos, que quasi se identificam. É assim, pôr exemplo, que os movimentos brownianos do protoplasma como os das moleculas de um sal em via de crystallisação estão sujeitos ás mesmas variantes de temperatura e pressão. Um passo além e a mesma analogia se observa entre os movimentos amiboides de um cytodo com membrana e as vibrações protoplasmaticas do cytodo o mais rudimentar.

Seria fastidioso percorrer toda a longa escala dos phenomenos biologicos para chegarmos a determinar o acto reflexo medullar como um dos estadios da serie phylogenic, em que se encontra a *vontade*, na sua expressão ideo-motriz mais abstracta, como a perfeição actual da irritabilidade da materia organica. A lei de Spencer tem a sua justificação no exame de todos estes phenomenos biologicos. Effectivamente, o systema nervoso, pela sua diferenciação

¹ Prim. Principios — H. Spencer, pag. 355.

progressiva, tornou-se heterogeneo, localisou de um modo definido nos seus diversos pontos funcções que se encontravam em uma homogeneidade indefinida, incoherente. O que d'antes era simples irritabilidade nervosa transformou-se, no systema nervoso, em um grupo de funcções com a sua séde determinada, unicos transmissores da onda da irritação e centros transformadores d'estas sensações periphericas. A differenciação funcional d'uma homogeneidade confusa é o acto reflexo medullar ¹, phenomeno que se caracteriza por movimentos, provenientes de sensações periphericas, conscientes ou não, mas sempre involuntarios. De que depende um phenomeno reflexo? Além dos cordões transmissores da sensibilidade peripherica, centros transformadores d'esta sensibilidade e de cordões que propagam esta sensibilidade debaixo da fórma de movimento, o reflexo varia consideravelmente com um grande numero de circumstancias e varia tanto mais quanto mais estas se agrupam. É assim que a disposição e as propriedades physico-chimicas das cellulas nervosas, o seu grau d'impressionabilidade, a sua idade, sua proximidade dos centros superiores e muitas outras condições proprias ás cellulas ou aos órgãos visinhos, são outros tantos agentes da modificação da intensidade, rapidez ou duração, do reflexo. Entre os reflexos medullares, uns são mais promptos, outros menos energicos; uns dependem mais da acção suspensora dos centros superiores, outros apresentam-se com um character mais independente. Dois centros productores de reflexos podem ter uma influencia reciproca conformê os órgãos que elles põem em movimento e segundo o grupo de funcções que promovem.

É assim que os reflexos medulares augmentam de intensidade pela ablação da massa encephalica do animal. Qualquer que seja a theoria que pretenda explicar este phenomeno, é certo que a intensidade e a energia das funcções medulares augmentam consideravelmente pelo córte do cerebro e dos ganglios opto-estriados. Vê-se, pois, que o acto reflexo o mais rudimentar é dependente d'uma grande variedade de condições, umas inherentes á propria cellula nervosa, outras que derivam da solidariedade que existe entre todas as regiões do systema nervoso.

Esta complexidade de relações é ainda maior quando se consideram os reflexos do bulbo. Este órgão tem sob a sua dependencia funcções organicas da mais alta importancia, funcções que

¹ Não consideramos os reflexos ganglionares, não só porque a physiologia dos ganglios sympathicos se acha pouco estudada, mas tambem porque teriamos de entrar em assumptos que procuramos afastar.

se sujeitam tambem, em casos excepcionaes e embora por pouco tempo, á acção directa do cerebro. N'estes phenomenos, subordinados á medullã alongada, é mais uma vez evidente a lei de Spencer, lei que reduz todos os phenomenos physico-psychologicos normaes ou doentes a simples transformações da força. É claro que entre os reflexos medulares e os do bulbo não ha uma differença intima, profunda. Estas duas ordens de phenomenos automaticos são dois graus d'uma unica serie. Da mesma fórma, os reflexos provenientes do aparelho opto-estriado não se distanciam muito dos movimentos involuntarios que derivam da medulla espinhal e da medulla alongada.

A comparação de todos estes phenomenos reflexos mostra uma complexidade crescente das condições que os promovem. Os movimentos que derivam do aparelho opto-estriado perdem a feição irregular dos reflexos medulares; a sua intensidade e duração são mais sujeitas, mais presas ás variantes individuaes; os movimentos são mais coordenados, mais definidos, d'uma heterogeneidade evidente.

Não nos é possível fazer um estudo detido de todas as modalidades existentes e provaveis dos reflexos. Porém, o que se pôde estabelecer como certo, sem que hypothese alguma nol-o conteste, é que os movimentos automaticos, desde a mais simples irritação da materia organica até á mais alta fórma do movimento, — o movimento abstracto, — são modos de ser do mesmo processo physiologico, processo que, como o phylo primitivo da especie humana, tem soffrido modificações d'uma variedade consideravel, na maior latitude a que pôde chegar um phenomeno que esteja subordinado a uma infinidade de agentes transformadores.

(Continúa).

SILVA TELLES.

A PHILOSOPHIA DOS LYCEUS

Os estudos secundarios, que devem ser um gráo intermedio entre a instrucção elemental e a instrucção superior, como desenvolvimento d'aquella e base fundamental d'esta, acham-se entre nós n'um verdadeiro estado cahotico, que só se póde explicar pelo estado equivalente da mentalidade e das instituições publicas.

Esta connexão dos elementos sociaes confirma as leis da solidiedade estabelecidas por Comte e mostra-nos a intima ligação do constitucionalismo com as ideias eclecticicas e incongruentes que presidem ao ensino popular no nosso paiz. É tal a desorganisação geral do ensino que os professores dos institutos scientificos vêem-se com frequencia obrigados a entrar em explicações comesinhas e rudimentares, proprias das aulas secundarias e primarias, porque os alumnos não possuem a indispensavel preparação intellectual que ahi deveriam ter bebido. Eis sufficientemente indicada a necessidade urgente de uma reforma radical na instrucção publica ¹. Não nos

¹ Sobre a reforma da instrucção veja-se, entre outros trabalhos, as *Farpas* de Ramalho Ortigão, *A ultima reforma da instrucção secundaria* de Julio de Mattos, e os artigos sobre a *Instrucção secundaria em Portugal* de Emygdio Garcia, no *Positivismo*.

Este ultimo descreve assim o ensino secundario: « Os nossos *lyceus*, herdeiros, em linha recta, da instrucção secundaria dos conventos supprimidos, das ordens monasticas ha muito extinctas, dos seminarios episcopaes e outros institutos de origem e fundação religiosa, alimentam o mesmo espirito, conservam essa feição caracteristica, esse *quid* originario, que, desde a idade média, a Igreja e os seus representantes imprimiram em to-

occuparemos agora de semelhante assumpto, cuja importancia demanda um trabalho mais vasto e mais profundo; vamos sómente indagar o que é a philosophia dos lyceus, essa « philosophia racional » como a denomina o programma approved pelo governo.

Philosophia racional! esta designação faz-nos suppôr, como já observou o eminente critico Ramalho Ortigão, a existencia de uma outra philosophia essencialmente *irracional*, de certo descoberta pelos *sabios* de chancellia official, visto que Lubbock, Buchner, Darwin, Huber, Forel e outros que têm investigado a vida psychica dos animaes, não constatarem vestigio algum de philosophia nos séres intelligentes, mas inferiores, que o vulgo qualifica de *irrationaes*. É condemnavel, portanto, o silencio que guardam sobre tal descoberta os *sabios* pòr obra e graça dos nossos governos; aqui deixamos lavrado o nosso protesto... Como quer que seja a *Philosophia racional*, que se professa desde 1844 nos lyceus nacionaes, substituindo por decreto de Costa Cabral a *Logica* de Antonio Genuense e a *Ethica* de Eduardo Job, ás quaes na realidade não leva vantagem, é uma transplantação rachitica do que tem produzido de mais superficial o espirito francez — a solemidade banal e a eloquencia óca dos Royer-Collard e dos Cousin, isto é, o « espiritualismo vulgar » na phrase de André Lefèvre.

As reformas posteriores ao decreto de 20 de setembro de 1844 não alteraram fundamentalmente a instrução secundaria; assim hoje, como então, o eclectismo é a ultima perfeição da philosophia,

das as instituições, que lhes eram proprias ou necessarias aos seus fins, accommodadas ás suas necessidades, tendencias e ambições egoistas.

« No quadro dos estudos, no methodo de ensino, na escolha e adopção de livros, no regimen litterario e disciplina escolar vê-se ainda impresso o dedo dos bispos, do alto clero, das ordens monasticas e especialmente a poderosa influencia dos jesuitas.

« O ensino das linguas *grega* e *latina*; o estudo da *philosophia*, a que chamam racional (!), da *logica*, da *dialectica*, da *theodicêa*, e da *ethica*, segundo a glossa dos commentadores de Aristoteles, modificada apenas pelo superficial *eclectismo* de alguns modernos escriptores catholicos, não muito superiores a Genuense, e E. Job e a outros livros, em tudo analogos e por elles modelados, antes para cançar a memoria com definições e regras, do que para desenvolver a intelligencia e alar o espirito; a *rhetorica* de Quintiliano, mais ou menos fielmente traduzida em vulgar; uma cousa á qual chamam *litteratura classica* e *arte poetica*; algumas noções elementares de arithmetica, segundo Bezout, e de geometria, segundo Euclides, eis, em ultima analyse, o que o passado nos legou e ainda hoje existe, embora com apparatusos programmas e varia multiplicidade de modernos compendios pretendam inculcar o contrario ». *Positivismo*, vol. III, pag. 73.

além da qual o espirito humano não póde caminhar, sob pena de se perder, de cair... nos abysmos insondaveis do materialismo! O materialismo, eis o animal feroz, cujo nome basta para que os eclecticos sintam eriçarem-se-lhes os cabellos e os bons catholicos se persignem tres vezes. É por isso que quarenta annos decorridos nada são aos olhos dos nossos legisladores pelo que respeita aos progressos intellectuaes e ao desenvolvimento da sciencia pedagogica. *Le monde marche*, mas elles vêem-no parado e ninguem os faz mover.

Apesar de ser introduzido officialmente em Portugal, e talvez mesmo por isso, o eclectismo não produziu um unico representante de algum merecimento litterario. Os professores de instrucção secundaria, nomeados por favor dos ministros e não por concurso de provas publicas, são na sua grande maioria incompetentissimos, incapazes por ignorancia e por inaptidão de regerem dignamente as cadeiras que lhes foram confiadas. Desconhecendo de todo o movimento pedagogico e scientifico contemporaneo, não procuram pôr-se á altura do ensino moderno e contentam-se com fazer decorar aos alumnos umas phrases feitas e alinhadas symetricamente nas paginas dos compendios, não permitindo o esquecimento de qualquer adjectivo, a substituição de um substantivo por outro synonymo ou a troca de um por outro verbo; as palavras representam para elles tudo, e nada a ideia que ellas exprimem no seu conjuncto ¹. D'este modo um professorado na sua maior parte imbecil e ignorante não faz mais do que continuar no ensino publico a obra dos jesuitas — a esterilisação e o esgotamento das intelligencias juvenis por meio de um systema de instrucção essencialmente bestialisador, como é o decorar formulas e o reter na memoria n'uma ordem determinada a serie infinda de definições, regras, excepções e exemplos a que se dá o nome de compendio. O exercicio exagerado da memoria, com prejuizo das outras faculdades mentaes, que traz consequencias lamentaveis para a sociedade pelo atrophamento das intelligencias, é desgraçadamente ainda hoje o *desideratum* do maior numero dos professores nacionaes. Por isso é grande o seu espanto, quando vêem aquelles discipulos, que sempre tiveram em pou-

¹ Na introducção ao compendio do snr. Alves de Sousa lê-se: «... em cada paragrapho, assentada primeiro a epigraphe geral e especificados os pontos principaes que n'elle se discutem, presentámos logo o texto *que os alumnos deverão estudar e TOMAR DE MEMORIA ESPECIALMENTE* ».

ca conta, conquistarem algum triumpho no campo litterario ou scientifico, ao passo que os mais esperançosos se perdem na trivialidade sem cousa alguma que os recomende ou que justifique os premios e as distincções alcançadas nas escolas. É porque os professores classificam os alumnos segundo o grão do desenvolvimento da memoria, emquanto que os homens se distinguem no mundo pela sua maior ou menor superioridade intellectual. Acabe esta opposição insensata e dediquem-se os professores á cultura das intelligencias, em vez da memoria, se desejam vêr a instrucção publica progredir e levantar-se á altura da civilisação contemporanea.

Pelo que deixamos dito, não admira que o eclectismo não encontrasse em Portugal, quem dignamente o representasse, quer no professorado, quer na imprensa. Não houve uma voz eloquente que se erguesse a ensinar as doutrinas de Cousin; os professores nas suas cadeiras limitaram-se a discorrer monotonamente sobre os themas fixados no programma official, tomando por texto, quando muito, o *Manuel de philosophie* de Jules Simon. Na imprensa ainda peor; os prélos portuguezes apenas deram alguns compendios para uso das aulas, e estes, sem excepção alguma, insignificantissimos, estupidos, crivados de sandices, vergonhosos documentos da especulação editorial! Não exageramos. Elles ahi andam nas mãos dos estudantes, e todos podem com facilidade certificar a justiça do que avançamos. Vamos mesmo dar algumas provas. Tomemos para a analyse critica dois modelos do genero — os compendios dos snrs. Alves de Sousa e Pedro Monteiro, professores officiaes dos lyceus de Coimbra e Lisboa ¹. Inutil será afirmar que não nos move contra ss. exc.^{as} qualquer inimizade pessoal. O nosso odio vae só contra os seus compendios de philosophia e contra os compendios de todos os seus collegas, cujas paginas seria fastidioso folhear. Ss. exc.^{as} são de certo muito boas pessoas, acreditamol-o piamente, mas pessimos philosophos. É esta segunda parte que pretendemos demonstrar.

O que é philosophia?

¹ *Curso de philosophia elementar para uso das escolas* por Joaquim Alves de Sousa, professor do lyceu nacional de Coimbra. 3.^a ed. 1877. 2 tomos de 403-400 pag. — *Compendio de philosophia racional para o ensino nos lyceus* por Pedro A. Monteiro, professor de philosophia no lyceu nacional central de Lisboa, 1.^a ed., tom. I. Lisboa, 1881 (só publicado até pag. 283!)

Para o snr. Alves de Sousa ha tres generos de philosophia : 1.º «no sentido *real* e na accepção *lata*, é o conhecimento e explicação de todas as cousas mediante o emprego legitimo de nossas faculdades mentaes»; 2.º «em accepção *menos lata*, ou *noológica*, é o tractado dos espiritos conhecidos pela razão» — o increado (Deus) e o creado (alma humana); 3.º «na accepção *stricta* é o tractado do sér humano considerado em suas faculdades, natureza e destino, e em sua dupla direcção para a verdade e para o bem». (pag. 1 e 2). Deixamos de parte o sentido *nominal* por onde o auctor começa. Nenhuma das tres definições de philosophia pôde satisfazer um espirito educado na sciencia moderna. Os tres generos de philosophia — a *lata*, a *menos lata* e a *stricta*, — como quer o auctor, esses tres grãos da philosophia metaphysica, em nada esclarecem o verdadeiro sentido da palavra na sua generalidade. O snr. Pedro Monteiro não é mais feliz : «É objecto da sciencia (philosophia) — escreve elle — tudo o que é accessivel á intelligencia humana e de que possamos ter um conhecimento verdadeiro e certo — o *finito* — abrangendo o homem e o mundo e o *infinito* — Deus, causa e fundamento ultimo de todas as cousas» (pag. 14). A falta de uma definição clara e rigorosa nota-se em todos os compendios. A razão é obvia; os auctores acham-se ainda em plena phase metaphysica.

Elles proprios o confessam; o eclectismo, um espiritualismo accommodatício, é a sua philosophia. O snr. Alves de Sousa na introdução á 1.ª edição do seu compendio escreve: «Na selecção das materias fomos *francamente eclectico*, tomando sempre pela *rota espiritualista sem excessos*: convicções, sentimentos, estudos especiaes, as consequencias funestas e irremissiveis dos systemas contrarios, tudo nos levava para esta doutrina grande, nobre e amavel, a que a humanidade já deve tantos sacrificios, e fóra da qual, assim o crêmos, nunca se encontrará a ordem, a paz e a verdadeira civilização». Na 3.ª edição, o character da doutrina persiste o mesmo: «um *espiritualismo moderado e harmonioso*; finalidade providencial em todos os séres da criação; indole e destino singular na creatura humana; respeito discreto pelo senso commum e pelas grandes tradições da humanidade, etc.: n'uma palavra — doutrinas mais praticas do que especulativas que abracem o homem e a sociedade, que os levantem e melhorem, que tenham a sanção do tempo e do genio, e que não corram o perigo de serem, quando menos se cuide, varridas e dissipadas pelo vento da opinião inconstante» (pag. x). Eis o eclectismo em toda a sua banalidade palavrosa! — uma philosophia sem unidade, sem grandeza, sem cousa alguma que a eleve e lhe marque um logar honroso na evolução do espirito humano. É uma manta de retalhos, onde se vê

unido em connubio deshonesto tudo o que a mentalidade humana tem produzido de mais chato, de mais baixo, de mais degradante.

E para elles, para os eclecticos, fóra d'esta doutrina não póde existir ordem, paz e verdadeira civilisação! Mas o que produziu essa doutrina senão o constitucionalismo, o triumpho geral da mediocridade? Bella civilisação!... não haja duvida. Felizmente para a humanidade, apesar de todas as esperanças do snr. Alves de Sousa em contrario, «o vento da opinião inconstante» já varreu para longe e dissipou de todo nas camadas estudiosas as illusões pueris e conciliadoras de um metaphysismo reles e insignificante.

O snr. Pedro Monteiro não faz a apologia das doutrinas eclecticas, embora seja um sectario convicto; conforma-se com o programma official e é para satisfazer á falta de compendios *perfeitamente adequados* ao mesmo programma que elle dá á luz o seu trabalho. As suas ideias moldam-se inteiramente ao plano traçado pelo governo para o ensino secundario, mas na realidade o seu compendio é muito inferior ao do professor do lyceu de Coimbra, tem uma redacção peor e bastante obscura. No emtanto diz na *advertencia*: «A ordem, precisão e clareza das ideias são condições indispensaveis d'um livro d'ensino, ás quaes por isso diligenciámos subordinar o nosso trabalho». Se fez essa diligencia, não teve a fortuna de o conseguir. Leia-se por exemplo a differença que estabelece entre conhecimentos empiricos e racionaes, tão inintelligivel que estamos convencidos não a entender o proprio auctor. Tí-nhamos vontade de a transcrever para edificação dos nossos leitores, mas tememos abusar da sua paciencia.

Para o professor do lyceu de Lisboa o eclectismo, a que chama *philosophia racional* é «a sciencia dos primeiros principios, ou o systema das leis da rasão e a sua applicação aos problemas mais geraes e elementares, de que a intelligencia humana póde occupar-se» (pag. 20). Mais adiante: «... os principios, que constituem o objecto da philosophia racional, são primitivamente inherentes ao eu, e correspondem aos attributos do ser absoluto» e «o eu é a origem subjectiva e o ser absoluto — Deus — é a origem objectiva, o fundamento de todos esses principios». Que bellas noções philosophicas para instrucção da mocidade! É o eclectismo francez, exposto n'uma fórmula mais confusa do que a do snr. Alves de Sousa.

O snr. Pedro Monteiro parte do principio racional e apriorista que *todo o sér é igual a si mesmo*. Semelhante principio é futil, absurdo ou simplesmente comico. Para se estabelecer a egualdade é indispensavel comparar dous ou mais termos entre si. Desde que só existe um, como effectuar essa comparação?... É um desvario,

digamos mesmo, um trasbordamento da faculdade raciocinante. Mas os eclecticos navegam bem em pleno mar de absurdos. O que é para elles a razão? «Razão, responde o snr. Pedro Monteiro (pag. 16), é a aptidão que tem a intelligencia humana para conceber o absoluto». Vejamos a definição de absoluto: «... é o sêr que *existe por si*, o infinito Deus» e são absolutas «as leis, pelas quaes o conhecemos». Não podemos acompanhar o auctor até as profundidades do absoluto, porquanto só conhecemos o relativo; tambem não admira, para o snr. Pedro Monteiro «os conhecimentos racionais existem por uma especie de inspiração» (pag. 16); para nós, que não estamos na graça divina, os conhecimentos provêm das sensações, do conflicto permanente entre o eu e o meio em que vivemos. Eis aqui o abysmo que separa os eclecticos dos positivistas e mais philosophos modernos.

Vimos o snr. Alves de Sousa admittir tres generos de philosophia — na acepção *lata*, *menos lata* e *stricta*. No primeiro caso divide-se a philosophia em *cosmologia*, *anthropologia* e *theologia*, porque «quanto podemos saber, ou se refere ao mundo physico, ou a nós, ou a Deus, causa de tudo» (pag. 3). No segundo caso, comprehendem-se a *psychologia* e a *theologia*; o auctor faz esta curiosa advertencia: «Os anjos, cuja existencia nos é revelada pela fé, estão fóra do quadro das doutrinas philosophicas». No terceiro e ultimo caso divide-se a philosophia em *psychologia*, *logica*, *moral* e *direito natural*. — É porém de uso «para tornar mais facil a intelligencia d'estas materias» introduzir «sob o titulo geral de *Metaphysica*, entre a *logica* e a *moral*, o tractado do ente em geral — *ontologia*, o tractado da substancia do eu humano — *psychologia racional*, e o tractado de Deus — *theologia racional* ou *theodicéa*: completam estes tractados algumas das doutrinas antecedentemente estudadas, e preparam para o estudo ulterior d'outras mais sublimes» (pag. 4). Já tudo isto nos parece sublime, tão sublime, pelo menos, como os anjos que o snr. Alves de Sousa desapidadamente põe fóra dos dominios da sua philosophia. A *psychologia*, segundo este auctor, estuda as faculdades e a substancia da alma humana. Que significa a palavra *substancia*? Por ventura conhecerá o illustre professor a substancia da vida, a substancia da luz ou a substancia do calor?... É verdade, o snr. Alves de Sousa, como bom eclectico, vê diametral opposição entre as faculdades da alma e as propriedades da materia. «Para *querer*, diz elle, é necessario que o espirito se determine por sua força propria, tirando de si mesmo a iniciativa de seus actos; e a similhante determinação resiste a inercia da materia, incapaz de mudar por si o seu estado actual do movimento ou de repouso» (pag. 360). Diante de taes argumentos... a penna recusa-se a escrever, e muito mais quando o auctor emphaticamen-

te declara « falso o *materialismo*, do qual... fluem consequências absurdas e perniciosas, como a negação da virtude, do remorso, da lei moral, etc. » (*ibid.*) Horror! horror!

O anáthema lançado contra o *materialismo* estende-se á doutrina philosophica de Comte. Ouçamol-o: « O *methodo* positivista de Comte cifra-se em não assignar á sciencia mais que o estudo dos factos e de suas relações; mas factos sómente percebidos pelos sentidos externos, mas relações sómente de successão e simultaneidade no espaço e no tempo: factos internos, causas efficientes e finaes, ideias absolutas, infinito, incondicional, etc. tudo o positivista rejeita como outras tantas velharias metaphysicas e phantasticas ». (vol. II, pag. 383). Referindo-se á doutrina escreve: « O systema positivista de Comte, quanto á doutrina, é um MATERIALISMO inconsequente, um *atheismo* disfarçado, um tecido de visualidades *theologo-sociaes* ». (pag. 389). Uma doutrina ao mesmo tempo atheista e theista é inconcebível. Deixemos o snr. Alves de Sousa em paz com a ventura de uma tão maravilhosa descoberta.

O snr. Pedro Monteiro divide a philosophia racional em cinco partes: psychologia, logica, ontologia, moral e theodicéa. Começa por tractar do eu, da alma em si mesma, estabelece as leis do pensamento, fixa as condições fundamentaes do sér, indaga os primeiros principios do dever e enfim termina occupando-se essencialmente do sér absoluto. Metaphysica confusa, quasi sempre incomprehensível! « A observação directa pela consciencia, escreve elle, a intuição de si é o meio indispensavel para a nossa alma se conhecer a si mesma; meio que deve ser acompanhado de reflexão, para que esse conhecimento seja scientifico ». (pag. 22). Ora « como... ha questões relativas á alma e *especialmente as que respeitam ao seu destino, á vida futura*, que excedem os limites da observação, para o que a consciencia dá indicações valiosas, mas que só a razão pode resolver; a observação directa e reflectida pela consciencia, aliás condição essencial e ponto de partida da sciencia da alma humana, tem de ser completada pela observação externa e pela razão ». O professor de philosophia do primeiro lyceu do paiz ainda se acha n'este estado mental! A logica, segundo a opinião de s. exc.^a, « ensina a fazer uso do pensamento », e « mostra em que consiste a verdade e a certeza »; (pag. 23) seria portanto inutil porque desde a infancia começam as creanças a usar do pensamento e a differençar as verdades das mentiras, sem necessitarem da intervenção pedagogica do snr. Pedro Monteiro. Logo na pagina seguinte dá-nos outra definição: « ... a logica expõe as leis que dirigem o movimento interno, a *forma* de evolução do pensamento », emquanto que « a ontologia occupa-se das condições absolutas do proprio sér em si mesmo, do que nos ob-

jectos constitue o seu *fundo*». (pag. 24). O auctor chama á theodicéa «a corôa necessaria da philosophia». (pag. 25).

A parte publicada d'este compendio contém sómente a psychologia e o principio da logica; são 283 paginas, e já são de mais. Por ellas corre desnorteadamente o snr. Pedro Monteiro, levando aos empurrões Tiberghien e Charles Lévêque, sem respeito pela grammatica, pela sciencia e pelo bom senso, os quaes todos ficam malferidos pelos bicos da penna de s. exc.^a Comtudo este livro, apesar de insignificante e de incompleto, tem um merecimento aos nossos olhos. É um documento real do lamentavel grão de atrazo e de ignorancia em que se encontra o professorado secundario em Portugal. Aquelles que accusavam de exagerados os inimigos do actual systema de ensino publico, ahi têm provas evidentes, palpaveis, vivas — um professor e um compendio.

Paremos. Já os leitores poderam fazer uma ideia aproximada do que é a philosophia dos lyceus.

Agora uma pergunta: Deverá ensinar-se a philosophia nos institutos de instrucção secundaria? Sendo a philosophia a concepção geral do universo, isto é, a systematisação das leis superiores que regem as differentes ordens de phenomenos — cosmologicos, biologicos e sociaes, é indispensavel, para a sua boa comprehensão e estudo, o prévio conhecimento das sciencias fundamentaes, dos seus methodos e da sua evolução historica. Só depois do espirito percorrer os vastos dominios das seis sciencias abstractas pela sua ordem hierarchica — mathematicas, astronomia, physica, chimica, biologia e sociologia — está apto para formular a grande synthese e desenvolver os principios que posteriormente hão de reagir tanto sobre a intelligencia humana, como sobre as emoções, ou sobre a actividade individual e social. Sylvio Roméro, tratando da natureza da philosophia, diz que «é a de uma sciencia complexa, variadissima, cheia dos mais abstractos e dificeis problemas; é a de uma sciencia que requer uma preparação solida, administrada por estudos anteriores e especiaes, a de uma sciencia, além d'isto, que exige certas tendencias de espirito para ser adquirida convenientemente ¹». E portanto, segundo o mesmo auctor, é «o mais complexo dos estudos, o mais abstracto de todos, o mais difficil de todos».

¹ *Lucros e Perdas*, n.º 2 (julho).

Como pôde então fazer parte da instrução secundaria?

A philosophia entra incontestavelmente no quadro dos estudos superiores, onde deve occupar um logar eminente como a sciencia das sciencias, a synthese de todos os conhecimentos humanos. Sob este ponto de vista a philosophia não pôde ser admittida entre as disciplinas da instrução secundaria, as quaes são essencialmente preparatorias do ensino academico ou universitario. Emquanto ás divagações metaphysicas, officialmente chamadas — philosophia racional — essas afirmações inverificaveis, esses passeios phantasiosos pelas regiões do incognoscivel, têm de ser banidos da instrução publica como puerilidades banaes e até algumas vezes nocivas.

TEIXEIRA BASTOS.

JULIO DINIZ

E O

NATURALISMO

Em França, um grande escriptor, de nome europeu, não re-ceou obscurecer a sua gloria, adquirida á força de persistencia e de talento, historiando a moderna evolução do romance á frente da qual se acha, com o fim de levantar do esquecimento o primeiro vulto d'ella.

Em Portugal, as cousas passam-se d'outro modo: Um escriptor tambem notavel, embora se não possa hombraear com aquelle, consente sem protesto prévio que os seus admiradores e criticos incon-scientes todos os dias venham repetir na imprensa que é elle o ini-ciator d'esse movimento entre nós.

O celebre escriptor francez, a que alludimos, chama-se Emilio Zola; o escriptor portuguez Eça de Queiroz.

Aquelle, na sua qualidade de critico arrojado, estudando a lit-teratura do seu paiz, e vendo os grandes triumphos alcançados pela nova escôla de que elle foi considerado chefe pelos seus proprios adversarios, faz recordar Balzac, indicando-o como o verdadeiro e legitimo representante d'essa evolução ruidosa; este, que tambem não deve desconhecer de todo a nossa historia litteraria, conserva-se gostosamente n'um silencio absoluto, em vez de lembrar aos seus discipulos e incensadores, como lhe cumpria, o nome sympa-thico de Julio Diniz, o seu illustre predecessor.

Nunca na esphera dos talentos se notou semelhante contradic-ção! Um, não quiz aceitar honras que lhe não cabiam quando

os maiores insultos lhe eram dirigidos e se via obrigado a sustentar uma lucta terrivel no campo da arte; outro, com uma vida tranquilla, completamente livre d'ataques, vai saboreando a injusta classificação de innovador que lhe lisongeia a vaidade.

Zola não receia apontar como mestre o gigante da COMEDIA HUMANA; estuda-o n'este trabalho colossal que elle mesmo denomina um mundo, fulmina, n'uma polemica vigorosa, o esquecimento e a ingratidão, derrama luz na critica, e insiste em reclamar para este genio tumultuoso e pae do naturalismo contemporaneo, a palma que de direito lhe pertence.

O auctor dos ROUGON-MACQUART quiz ficar na liça como um digno filho de Balzac.

Eça, que tambem é um critico consummado, não quer confessar-se um distincto continuador de Julio Diniz, o romancista ainda querido do publico apesar do olvido dos homens de letras.

Posto isto como simples preambulo, passemos a evidenciar como o finado escriptor portuense foi o iniciador do naturalismo em Portugal, trabalho este que devia ser feito pelo snr. Eça de Queiroz.

*

* *

Nenhum dos nossos romancistas dava ainda o menor indicio de querer emancipar-se da escola romantica e de fugir á imitação franceza com que se esfalfava um publico sempre amante da novidade, quando appareceu em folhetins no *Jornal do Porto* (1862) o romance AS APREHENSÕES D'UMA MÃE, firmado com o pseudonymo de Julio Diniz. Nada mais despido de atavios de linguagem, a principal preocupação de muitos escriptores.

Este romancesinho é um quadro admiravel dos costumes do Minho. N'elle já o auctor revela os seus dotes de analysta delicado, e por isso não lhe foi difficil chamar a si a attenção publica. Bastava apenas para isto a singeleza do seu dizer, que era tambem uma novidade. A esse pequeno romance intimo seguiram-se outros não menos interessantes O ESPOLIO DO SENHOR CYPRIANO, OS NOVELLOS DA TIA PHILOMELA, e o formoso esboceto UMA FLOR D'ENTRE O GELO, formando todos mais tarde (1870) o volume que tem por titulo SERÕES DA PROVINCIA.

Julio Diniz separava-se dos seus contemporaneos rompendo com os moldes usados em que sobresahiam as aventuras exoticas, as peripecias extraordinarias ou o falso sentimento da verdade.

A escola naturalista estava pois inaugurada com a nova feição d'estas narrativas.

Mas se n'esses bellos quadros n'um estylo tão natural e em que ás vezes transparece a sua veia humoristica como para alliviar o leitor do sentimento intimo do drama, se notam já alguns toques d'uma realidade pittoresca, todavia elles accusam ainda a indecisão e a pouca firmeza de quem começa.

Os seus romances posteriores, principalmente AS PUPILLAS DO SENHOR REITOR, UMA FAMILIA INGLEZA e a MORGADINHA DOS CANAVIAES, é que vieram revelar as grandes aptidões artisticas do mallogrado escriptor, e dar-lhe o incontestavel direito de ser considerado como o nosso primeiro naturalista.

Ninguem, lendo as PUPILLAS DO SENHOR REITOR, dirá que os caracteres alli desenhados são excepcionaes ou que nunca os observou na vida real. Se nos seus primeiros ensaios alguns ficaram incompletos, indecisos ou na penumbra, os d'este romance desenvolvem-se, manifestam-se, pouco a pouco, no decorrer da acção, até se patentearem em plena luz. Margarida e Clara, esta um pouco estouvada, mas honesta, expansiva, e dotada d'um genio alegre, aquella d'um temperamento melancolico, typo de bondade e abnegação, capaz do sacrificio, não serão creaturas bem vistas e observadas? E quantas vezes não temos acotovelado um João Semana, o velho medico da aldeia mais sabedor de anedotas do que de receitas e contentando-se com o que sabe da velha sciencia hippocratica para os curativos usuaes, arrastando sem lamurias uma vida de fadigas? O reitor, esse padre chão, « alma ingenua e sinceramente christã », como J. Diniz o retrata, e para quem « era desconhecida e quasi incomprehensivel esta excitação febril a que certa ordem de meditações arrebatam alguns espiritos illustrados », o José das Dornas, lavrador abastado, vendendo saude, alegre e folgazão, sincero, d'uma franqueza rude, os seus dois filhos, o Pedro que era o retrato do pai, com a mesma robustez, a mesma excellencia de musculatura, apenas um pouco mais elegante « porque a idade não viera ainda exagerar a curvatura de certos contornos e ampliar-lhe as dimensões transversaes », o Daniel, de « condições physicas e moraes muito differentes, o avesso do irmão e por isso incapaz de tomar o mesmo rumo de vida », isto é, o uso da enxada, da fouce, da vara e da rabiça, destinadas áquelle; rapaz que se deita com alma ao estudo mas que se conserva até certo lance um grande estouvado, não serão todos personagens conhecidos que se movem, que sentem e que funcçionam n'uma aldeia nossa?

Os nossos moços revolucionarios, metaphysicos e sentimentaes, não crêem de certo n'um padre como o das PUPILLAS, e d'ahi

a sua impotencia para julgar livre e desapaixonadamente as obras d'arte semelhantes.

Quem não passou alguma vez junto d'um bom parochio d'aldeia curvado pelos annos, com um ar scismador e grave, um padre que não sabe ser hypocrita e que dá bons conselhos aos que lh'os pedem, tratando com aspezeza, por detestar a impostura, as aspirantes a santas que enxameavam a localidade? Se 'alguem já o viu é porque elle existe realmente. E ainda: O leitor nunca se demorou um dia apenas n'uma aldeia assim? Nunca viu um vulto airoso como o de Clara, de cantaro á cabeça e entoando de vez em quando algumas canções populares, ouvindo ao mesmo tempo o som dos chocalhos das ovelhas, o assobio do pastor, o mugido do boi e o chiar dos carros, isto ao pôr do sol, em plena vida campestre?

Nada mais natural. Julio Diniz revela n'este formoso romance as suas excellentes faculdades creadoras. A pintura dos seus typos é esmerada e as descripções têm esse suave colorido dos artistas de temperamento sensitivo.

Passando a lérmos UMA FAMILIA INGLEZA vêmos o mesmo observador n'um outro meio social; a mesma delicadeza dos traços e o mesmo mimo descriptivo.

A acção passa-se no Porto entre bons subditos britannicós e não menos estimaveis lusos.

Mr. Richard Whitestone, rico e honrado commerciante, animoso leitor do *Times*, franco, sincero, apparentando ás vezes uma certa rudeza, mas nunca mesquinhez, tinha dois filhos, Jenny e Carlos. Este, rapaz um tanto estouvado, talvez porque a austeridade de costumes e rigidez de principios do pai lhe não permittiam esses desafogos que tanto alegam e captivam a juventude, apaixonou-se por Cecilia, filha do guarda-livros da casa, Manoel Quintino.

Esta paixão nasceu d'um divertimento, por assim dizer, d'uma brincadeira de rapaz estroina; mas o drama só começa a ser sentido quando o moço inglez se põe a contas com a sua consciencia. Algumas leviandades por elle praticadas motivam terriveis suspeitas, e Cecilia, que anda em tudo isto com uma dignidade que a eleva, occultando sempre o seu amor, chega a ser mal comprehendida pelas cabeças estouvadas dos amigos de Carlos que a julgam uma rapariga deshonrada.

Jenny intervem em tudo como o anjo tutelar. Salva a reputação da sua amiga d'infancia e vence todos os obstaculos que apparecem n'esta historia d'amor, cujo desenlace é o feliz casamento do irmão com a filha do guarda-livros.

Sente-se n'este romance, que se desenvolve sem precipitações, a superioridade do talento do seu auctor. Nada parece escapar á

sua observação. Penetrando no escriptorio commercial, analysa os typos como através das lentes, fazendo-os mover juntamente com as cousas inertes por esse dom de evocação que é também a alma do artista, revela-nos os seus habitos, o poder que elles têm sobre os individuos a ponto d'estes se deliciarem entre «quatro paredes escuras» e nós ficamos com aquellas figuras na imaginação, com toda aquella correspondencia para Londres, ouvindo os bocejos dos escripturarios que preferem a leitura d'um romance d'aventuras aos algarismos e ás cópias, e o trautear do hymno da Carta pelo primeiro guarda-livros quando era contrariado por algum equívoco ou derramamento de tinta sobre o papel. Entrando na Praça descreve ainda admiravelmente a vida de negocio e faz-nos passar diante dos olhos toda essa burguezia composta de barões capitalistas, de grandes e pequenos commerciantes, de ociosos e activos, de especuladores e traficantes. Alli vêmos o brasileiro, o inglez, o portuense, o negociante fallido, os primeiros guarda-livros, os caixeiros, os cobradores, os despachantes, ós moços d'escriptorio, emfim, a vida regalada e a vida laboriosa, os que se importam com o estado da Bolsa e os que apenas fallam n'ella por habito. Quem conhecer a vida commercial encontra n'esta descripção personagens muito seus conhecidos. Ouve todo o borborinho da Praça e divisa perfeitamente através d'esta multidão que labuta os traços mais caracteristicos da vida do commercio.

Julio Diniz analysa pacientemente n'este assumpto simples e vulgar, mas que é uma bella these moral, as diversas faces que os sentimentos apresentam, elevando os caracteres por essa simplicidade encantadora que dá á obra d'arte uma influencia salutar e benéfica.

As figuras principaes destacam-se nitidamente, sem proferirem uma phrase superflua. Mr. Richard, com os seus preconceitos de inglez e de commerciante, profundamente examinado na scena em que o filho lhe declara não ser «uma vã inclinação, um ephemero capricho de rapaz» o que sente por Cecilia, é um typo magistral que não deve cousa alguma á realidade. Jenny, uma d'essas encantadoras inglezas «cuja suavidade e correcção de contornos, alvura e delicadeza de tez e puro dourado dos cabellos, lhes dão uma apparencia subtil e vaporosa» e Cecilia, uma rapariga genuinamente portugueza, e como diz J. Diniz, «d'uma pallidez, através da qual se presentia o sangue cheio de vida, que ás vezes a transformava na diffusa côr de rosa de um rosto de creança» são creaturas admiraveis pela singeleza, nobilitadas pelos sentimentos, raparigas ternas e honestas, taes como as pintaram Shakspeare e Balzac, e que sem duvida existem na natureza. Alli estão retratadas com primor a mulher do norte toda razão e justiça, e a mulher do meio-

dia, apaixonada, mysteriosa e imaginativa. Carlos, inglez pelo sangue, e meridional pelo clima onde recebera a impetuosidade de sentimentos que podia co-existir com a força de vontade, com a pertinacia e com as excentricidades herdadas do pai, é um character admiravelmente estudado nos seus estouvamentos dos vinte annos e nos seus rasgos de generosidade britannica.

Nada se pôde perder n'este romance que nos parece o mais bem pensado do romancista portuense. Se passamos aos personagens secundarios, aos episodios do segundo plano, sempre a mesma perfeição de traços, a mesma analyse penetrante, n'um estylo simples, original.

A scena na *Agúia d'Ouro*, entre Carlos e seus amigos, exhibe-nos uns perfis comicos e ridiculos que todos os dias acolovelamos no nosso jornalismo e na classe dos marialvas.

Quem conhecer esses bohemios pretenciosos e esses estouvados constantemente a farejarem o escandalo, diz logo ao lêr este capitulo que o seu auctor os copiou do natural.

Finalmente o romance *UMA FAMILIA INGLEZA* é a pintura viva, attrahente, dos costumes portuenses.

Na *MORGADINHA DOS CANAVIAES* Julio Diniz passa novamente a observar os costumes pittorescos da aldeia; profunda os caracteres e apossa-se d'elles, dando-nos essas paginas admiraveis pelo colorido e pelo sentimento.

Alli vêmos retratados fielmente os typos que constituem o pequeno mundo da aldeia, essa miniatura social: o mestre-escóla com as suas pretensões a habil director espiritual, os politicos locaes, o juiz eleito, os cabos de policia, os compadres e comadres, os entusiastas da philarmonica, dos arraiaes e procissões, as velhas beatas com cheiro de santidade, o curandeiro todo ufano da sua charlatanice medica, o fidalgo endividado, mas que sendo protector de criminosos, consegue alcançar a immensa popularidade, que o torna uma grande potencia eleitoral, as raparigas fanatisadas, embrutecidas pelos missionarios, enfim, toda essa gente rustica que se distingue pelos seus habitos, pelas suas crenças e superstições, pelas suas malicias e simplezas. Alli estão descriptas com toda a verdade as scenas vulgares d'esse meio. Lendo-as, assistimos ás palestras aldeans, ás murmurações do soalheiro, respirando a natureza campestre, sondando as pequenas invejas, as paixões, as luctas interiores, o idyllio amoroso, as intrigas e maledicencias da vida ociosa.

O assumpto principal é o mesmo de todos os seus romances: — o estudo do coração, que elle faz com uma delicadeza unica, inimitavel. As protagonistas são essas poeticas creaturas que se

chamam Magdalena e Christina. É n'esta admiravel chronica da aldeia que o nosso romancista nos dá o quadro mais perfeito da politica local. As questões de campanario, o enthusiasmo, a agitação por causa das eleições, nunca tiveram tão fiel interprete.

OS FIDALGOS DA CASA MOURISCA, ultimo romance de Julio Diniz, é talvez o mais inferior de todos. N'elle o auctor, iniciando uma these velha, parece querer substituir os seus processos naturalistas pelos do sentimentalismo romantico. Bertha e Jorge são os personagens queridos do romantismo, taes como os vêmos ainda nos romances dos snrs. Pinheiro Chagas, Alberto Pimentel, Pereira Lobato, Pinto d'Almeida, e outros representantes mais ou menos conhecidos, mais ou menos tibios, ou mediocres, d'esse movimento que passou.

*
* *
*

Segundo os dados biographicos que temos de Julio Diniz, elle estudára de preferencia os romancistas inglezes, com os quaes o seu espirito se familiarisára. Está explicada a razão da sua maneira de escrever e da sua intuição artistica.

A litteratura ingleza é totalmente desconhecida para a maioria dos nossos litteratos, que só conhecem um pouco da franceza, descurando completamente da nacional.

Ora, o traço caracteristico do romance inglez moderno é o estudo minucioso da vida real, da vida ordinaria, dos costumes populares. Como o romance allemão e americano, o romance inglez tem alcance social, e são geralmente a pintura da vida intima, a poesia do lar, os themas preferidos. O que vêmos nos romances de Dickens e Thackeray senão essas tendencias para nivelar a sociedade, apesar do primeiro se preocupar mais sentidamente com este assumpto do que o segundo que é mais satyrico? Ambos se apaixonam pelo detalhe e pelas cousas infinitamente pequenas, descrevendo-as com minuciosidade e alliando o humor, a bizzaria, á razão e ao bom senso.

Thackeray possui qualidades de finura e sensibilidade, que elle esconde cuidadosamente; sabe pintar a comedia humana sem cahir na caricatura, e se não mostra grande sympathia pelos seus semelhantes, procura comtudo reformal-os pela satyra. Assimilha-se ás vezes com Fielding, e nas paginas que elle descreve adivinha-se a vida tal como a tem visto e sentido. Dickens tem o poder creador e possui o dom de interessar progressivamente até ao desnu-

damento; sabe fazer viver, agitar e fallar os seus heroes. Nos seus romances observamos o indulgente pae de familia, o amoroso tímido, desenhados com uma naturalidade que não tem rival.

Mas Julio Diniz não conhecia simplesmente os dois mais illustres successores de Walter Scott, estava tambem familiarisado com essas bellas creações de Fielding, taes como Sophia Western e Amelia Booth, cujos retratos hão servido de modelo ás mais sympathicas heroínas dos seus romances; com o realismo saltitante, o interesse pittoresco e a simplicidade admiravel de Foë; com os processos, emfim, d'outros artistas que primam pela analyse firme e delicada e pelo sentimento muito vivo da belleza.

É sabido dos que estudam um pouco a litteratura ingleza, que predomina n'ella o romance psychologico, e que n'alguns em vez de se estudarem as paixões nas suas manifestações, se seguem os seus progressos mysteriosos no interior do culpado. O theatro de muitos d'estes dramas é unicamente a consciencia; escrever os factos d'ella é a feição especial d'alguns escriptores inglezes.

Os romances de Julio Diniz deviam pois resentir-se de toda esta educação que faltava aos seus contemporaneos. Elle inspirava-se n'esta forte litteratura e dava aos seus bellos trabalhos a sua nota pessoal. Está n'isso a sua grande superioridade e a razão de ser naturalista muito antes d'outros escriptores portuguezes se filiarem n'esta escola de que elle é o primeiro representante.

O romance inglez é ainda obrigado a ser moral por essa austeridade de costumes que não permitem de modo algum a licenciosidade, e por isso Julio Diniz tambem é moralista. Dotado d'um temperamento essencialmente poetico, preferia observar a vida rural, cuja pintura o deliciava talvez pelo facto de melhor poder revelar as suas qualidades paizagistas. Elle é humorista como Dickens e Thackeray, e sente a realidade como elles, comprehendendo a verdadeira missão da arte.

Do seu amor pela familia e das suas preocupações sociologicas, nascem essas castas figuras que hão de fazer a felicidade do lar, levantam-se esses obstaculos dos preconceitos estultos e tratam-se essas luctas intimas que elle vae observando pacientemente, como o medico que pretende estudar a doença, terminando todos os soffrimentos pela conciliação, pela força da razão e do amor que tudo vencem, que de tudo sahem triumphantes. Nada mais sentido nem mais elevado. E como estes romances terminam com as alegrias do noivado, o romancista faz-nos antever a eterna felicidade do casal. Elle proprio nos diz na FAMILIA INGLEZA que nunca teria animo para escrever aquella historia d'amores se não tivesse a certeza das suas venturas. Emocionando-nos e communicando-nos ao espirito um ideal saudavel e as mais bellas manifesta-

ções da natureza humana, os contrastes mais perfeitos d'essa natureza, — e que constituem a eterna obra d'arte, — vindo na sensibilidade a parte mais importante do homem e da mulher, tornando esta venturosa e conscia da sua missão, analysando-a, experimentando-a nas suas nervosidades, com todo o rigor physiologico, comprehendendo como ninguem o natural feminino, que se distingue pela imaginação delicada e agil, pela finura nervosa, e pela reserva innata e adquirida, encarnando-se muitas vezes nos seus personagens, fazendo-nos sonhar, emfim, com um destino melhor, atrahindo-nos pela simplicidade e originalidade do seu estylo, Julio Diniz representa para nós o vulto mais sympathico do romance moderno. Se *OS FIDALGOS DA CASA MOURISCA* não podem attestar o seu bello talento como os seus trabalhos anteriores, é isso devido aos progressos da doença hereditaria, a tísica, que lhe destruiu o organismo, enchendo-lhe a alma d'essa profunda melancolia que se nota em alguns dos seus escriptos, principalmente nos seus versos; e, ainda, se n'essas analyses penetrantes e delicadas de verdadeiros casos de psychologia amorosa, se lêem algumas phantasias litterarias, só as devemos attribuir ás impressões recebidas do seu meio educativo, cuja influencia não era facil vencer.

Em vista, pois, dos documentos que acabamos de exhibir, crêmos que d'ora em diante ninguem ousará sustentar que foi o sr. Eça de Queiroz o fundador da escola naturalista em Portugal. O lugar que de direito lhe pertence indical-o-hemos quando tratarmos dos continuadores de Julio Diniz.

REIS DAMASO.

A EVOLUÇÃO NA SERIE VEGETAL

Com quanto já vamos encontrar nos escriptos dos mais antigos philosophos a idéa fundamental da doutrina transformista, que tão profundas modificações está operando nas sciencias naturaes, só depois das notaveis investigações e trabalhos dos naturalistas modernos, ella pôde alcançar o alto valor scientifico, que hoje incontestavelmente possui.

Tendo-se abandonado o dogma da fixidez da especie, diante das provas irrecusaveis da sua variabilidade, toda a classificação dos organismos se transformou n'uma arvore genealogica, procurando-se entre as differentes fórmulas conhecidas as suas relações de parentesco, e preenchendo-se as lacunas com a hypothese das fórmulas extinctas, hypothese, que nada tem de imaginaria, pois que já tem sido encontradas fosseis, muitas fórmulas intermédias ás existentes, e de ha muito presentidas, determinadas até.

Foi o naturalista allemão Hæckel, quem fez a applicação d'estas doutrinas ao conjuncto dos organismos, e que tomando para base da sua classificação os laços genealogicos, que unem os seres vivos, organisou um novo systema, que apresenta grandes differenças dos systemas, mais ou menos convencionaes, até aqui publicados.

Em primeiro logar, entre os dois reinos organicos, vegetal e animal, propõe Hæckel um terceiro, o reino dos Protistas ou organismos neutros, isto é, que por seus caracteres pouco definidos, tanto podem ser classificados entre os vegetaes como entre os animaes, o que até aqui tem succedido.

Para o reino vegetal o systema d'este naturalista aproxima-se

bastante do de Brongniart, sendo com respeito ao reino animal que as suas doutrinas tomam um caracter particular.

Faz descender todos os séres organizados da monera, o organismo mais rudimentar, constituido por uma massa protoplasmica sem fôrma definida, e isto com tanto maior razão que ainda hoje encontramos nos Protistas os actuaes representantes d'essas organizações primordiaes. A sua massa protoplasmatica desloca-se e cresce pela absorção de materias alimentares, que ella envolve e digere. A sua reproducção faz-se por segmentação.

N'este grupo já vemos, comtudo, varias tendencias, differenciações e adaptações diversas; uns segregam envolucros calcareos ou siliciosos, vivem no fundo dos mares ou fluctuam, outros são parasitas, estes mostram tendencias para a animalidade, emquanto que outros se aproximam mais dos vegetaes, etc.

Em alguns d'estes séres rudimentares comprehende-se que, por uma transformação particular do protoplasma, appareça uma substancia especial, a chlorophylla, dando origem a uma serie de phenomenos physiologicos d'uma ordem inteiramente nova e que marcam a unica e simples differença entre os animaes e os vegetaes.

Um pouco acima d'estes organismos primitivos encontramos as Algas, muitas das quaes não passam, como as Palmellaceas, Pleurococcus, Diatomaceas, de simples cellulas independentes, ligando-se, comtudo, temporariamente, em massas por meio d'uma substancia gelatinosa que segregam, e aproximando-se por esta fôrma dos verdadeiros tecidos cellulares, que vemos já perfeitamente formados nas Oscillarias, Confervas, etc.

N'outros casos, sem deixar o seu estado unicellular, a planta attinge uma notavel differenciação; a cellula, que a constitue, alonga-se, ramifica-se, anastomosando-se os seus prolongamentos. Um grau mais elevado ainda de differenciação se nota nas Characeas.

Estas algas são constituídas por um pequeno numero de cellulas grandes, cylindricas e dispostas em fila, emittindo junto dos seus pontos de reunião prolongamentos lateraes, numerosos e divididos em ramificações secundarias apparentando assim a fôrma dos vegetaes superiores.

O modo de reproducção d'estes individuos reduz-se em todos a simples segmentações: nas Palmellaceas, por exemplo, segmenta-se a cellula constituinte do individuo, e cada porção separada é uma individualidade nova; as Oscillarias e Nostoccus reproduzem-se por fragmentação, fôrma particular do mesmo pheñomeno. Nas Characeas a reproducção assexuada é feita por dois modos, ou por meio de corpos tuberculosos, especie d'entre-nós subterraneos, que

desenvolvem novas plantas por rebentos lateraes; ou por meio de ramos proembryonarios (d'estructura identica á do proembryão nascido do oosporo na reproducção sexuada), que se destacam do tronco primitivo e dão origem a um novo individuo.

Nas Florideas é ainda mais complexo o phenomeno e tem por agentes diversos órgãos chamados *monosporos*, *tetrasporos* ou *polysporos* produzidos pela divisão de cellulas-mães especiaes. Estes órgãos são formados d'uma, quatro ou mais cellulas-filhas, que depois de desprendidas do órgão, se fixam, envolvendo-se n'uma membrana, que segregam, e finalmente por segmentações successivas reproduzem um novo vegetal.

Nas Porphyraceas estes órgãos, que são verdadeiros sporos, depois de livres começam a mover-se, como os Amibos, recordando a origem primitiva d'estes organismos. Em outros grupos, a substancia protoplasmica contida nas cellulas reproductoras concentra-se em pequenas massas providas de celhas vibrateis (zoosporos) as quaes depois de se agitarem durante um certo tempo no seio da agua, se fixam, envolvendo-se n'uma membrana e produzindo em seguida por segmentações successivas um thallo ou órgão vegetativo mais ou menos complicado.

Este modo de reproducção assexuada existe só por si em grande numero d'Algas, mas, sem nos elevarmos muito na serie especifica, vamos encontrar indícios de sexualidade: assim nas Diatomaceas, Spirogyreas, duas cellulas pondo-se em contacto misturam os seus conteúdos. Este modo de reproducção (conjugação) dá-se por em quanto entre elementos homogeneos, em que é impossivel distinguir diferenças sexuaes. Mas bem depressa em Algas mais elevadas vemos os dois órgãos, diferentes já pelo seu volume, unirem-se para produzirem o ovulo (oosporo) susceptivel de germinar.

N'este caso parece haver já diferenciação sexual, e o órgão mais pequeno representa o sexo masculino.

Elevando-nos um pouco mais na senda evolutiva, encontramos em cada individuo uma diferenciação completa entre órgãos puramente vegetativos e órgãos de reproducção, e n'estes já uma perfeita separação dos sexos. As antherides produzem os sporos masculinos, os oogones dão origem aos sporos femininos: são assim as OEdogoneas, Fucaceas, Vaucherias, Characeas, Florideas, etc.

N'estas ultimas, as antherideas encontram-se isoladas na extremidade de ramos di ou trichotomicos, ou reunidas em grupos dispostos em verticillos a diferentes alturas do eixo principal (Dudresnaya).

N'outras familias encontram-se, estreitamente unidas, cobrindo

porções isoladas da superfície do thallo (*Halymenia*, *Nithrophyllum*, *Peyssonella*); ou finalmente se acham localizadas em cavidades formadas por uma préga do tecido adjacente (*Gracillaria*, *Melobesia*, *Corallina*).

A antheridea dá origem aos corpos reproductores, antherosoides, cellulas arredondadas ou ovas, incolores, revestidas de membranas; são immoveis e é a agua que os faz aproximar do órgão feminino.

Este ultimo, composto por uma massa cellular, o carpogoneo, recebe a impregnação masculina por intermédio d'um órgão receptor, o trichogyno, dando-se em seguida differentes phenomenos, segundo as familias. Em algumas é o proprio carpogoneo, cujas cellulas se desenvolvem immediatamente, que constitue o corpo reproductor, que toma o nome de cystocarp.

As Florideas, bem como as OEdogoneas e algumas outras parece apresentarem uma alternancia de geração, porque os individuos em que se vêem os órgãos de reprodução sexuada, não apresentam indicio algum de reprodução assexuada e vice-versa.

Das Algas passando aos Fungos notamos uma adaptação particular á vida parasitaria, pela ausencia da chlorophylla, que existindo sempre nas cellulas das Algas, mesmo apesar d'encoberta muitas vezes pela côr vermelha ou cinzenta dos diversos pigmentos, lhes assegura uma vida independente, pelas reduções, que é susceptivel de effectuar no seio das aguas e em logares humidos.

A evolução d'este grupo é perfeitamente parallela á das Algas, a ponto d'alguns botanicos o pretenderem dissociar e reunir as suas differentes subdivisões, ás subdivisões analogas das Algas. Entretanto as condições physiologicas, anormaes por assim dizer, resultantes da ausencia de chlorophylla, imprimem-lhe um caracteristico particular, que não permite a dissolução do grupo. Quasi todos os systemas de reprodução mencionados com respeito ás Algas, se encontram igualmente nos Fungos, sómente o caracteristico commum d'estes systemas é uma degradação geral, não só da sexualidade e dos órgãos, que a representam, mas tambem dos differentes órgãos da reprodução assexuada.

É extraordinariamente notavel a tendencia á associação entre os dois grupos anteriores, Algas e Fungos. Os Lichens, que por muito tempo foram considerados como uma planta unica, não são mais do que a reunião d'um Fungo ascomyceta, com uma alga inferior (*Palmellaceas*, *Rivularias*, *Confervas*).

Esta estranha reunião está hoje perfeitamente constatada, chegando até a operar-se artificialmente a reunião e a separação dos dois individuos.

Bornet, Stahl e Treub, conseguiram fabricar Lichens (permitta-se-me a expressão) semeando conjuntamente os corpos reproductores da Alga e do Fungo. Na germinação viam-se os filamentos d'este ultimo ligarem-se intimamente com a Alga por meio d'uma adherencia fortissima.

A sua intimidade é de tal natureza que o Lichen se reproduz por meio de *sorideas*, propagulos vegetativos, em que se vêem as cellulas reproductoras das Algas envolvidas por porções do *hypha* (tubos myceliaes dos Ascomycetas) do Fungo.

Terminando esta ligeira revista das Algas, Fungos e Lichens, notemos que todas estas especies, sem passarem de simples porções de tecido cellular, apresentam diferenças bastante notaveis entre si, mas uma grande analogia histologica com os tecidos que nos vegetaes superiores, se formam no interior do sacco embryonario e precedem o desenvolvimento do novo sér.

(Continúa).

FILIPPE DE FIGUEIREDO.

TRADIÇÕES POPULARES E DIALECTO

DO

BRAZIL

(A proposito dos *Cantos populares do Brazil*, colligidos pelo DR. SYLVIO ROMERO, — com introdução e notas por THEOPHILO BRAGA: — Lisboa, Nova Livraria Internacional editora, 1883. 2 vol.)

Appendice

Depois de impresso o trabalho precedente, veiu-me ás mãos o *Cancioneiro popular brasileiro* por J. M. Vaz Pinto Coelho (1.º vol., Rio de Janeiro 1879) ¹, onde se encôntrão uns versos em creolo brasileiro, que não posso deixar de transcrever aqui:

O SIGNAL DA CRUZ DO PAI CAFIFE

OU CONSELHOS POR ELLE DADOS AO

Sete d'Abril

- | | |
|--|---|
| 1. Sinhá moço, Sinhô <i>Sete</i> ,
Ouve cuseyo qu' yó dá:
Quando véza <i>Sanzo Pansa</i> , | 5. Abri zôio cu esse gente,
No fáce cu zére susso;
Zére nô qué coza boa |
| 4. Faci logo — <i>pr'u siná</i> . | 8. Nu Tera — di <i>Santa Crusso</i> . |

¹ Este *Cancioneiro* é impropriamente chamado popular, e o A. não andou bem comparando-o (no prologo, pg. vi) com os trabalhos de Du Puy-

- | | |
|--|---|
| 9. Si zêre tin dá zicrito
Cu zi coza ri judeu,
Orita : agora yo tá siperto | 25. Nô gravata prussumbeza
Qui siô <i>Zaque tem ni catre</i> :
Sinam <i>Zuázinha</i> ti cuza |
| 12. Di <i>gancho</i> — <i>riva nu Deu</i> . | 28. Ripressa — <i>in nome di Patri</i> . |
| 13. Quando trazi Sinhô Patre
Zi verso di <i>mamâdô</i>
Manda ére dize ² Missa | 29. Oya, car'a sua boca,
Di zi macota ni pio :
Nam bure cu <i>Frê Brenaro</i> , |
| 16. Vai servi — <i>nosso Sinhô</i> . | 32. Ni cu si <i>gancho</i> — <i>du Fio</i> . |
| 17. No toma zi pinicão
Qui sô <i>Puzinha</i> dá vosso,
Cogia que ére é di zotro | 33. Nam siereve Poziçam,
Ti mete ni tua canto,
Zi Macotão tá fruiri |
| 20. No pore iá sé — <i>di nosso</i> . | 36. P'run graça — <i>di Prito Santo</i> . |
| 21. Sintiro cu zi capuera
Que finze sé nosso amica ;
Zêre brinca pr'u nengoça | 37. Zêre nam qué que sirica ³
Que zêre no anda bem ;
Gossa só que, como <i>Sanso</i> , |
| 24. Mazi sempre é — <i>zinimica</i> . | 40. Turo dica a zêre — <i>Amen</i> . |

Copiei-os de pg. 141-142; conservei a orthographia, apenas escrevi *car'a*, *pr'u*, *pr'un*, e *Sinhô* (no verso 16) em vez de *cara*, *pru*, *prun* e *Sinho*. Estes versos trazem no fim esta rubrica ao lado: « Do *Sete d'Abril* n. 112 de 1834 ».

O texto transcripto apresenta em parte os mesmos phenomenos já por mim estudados, em parte outros novos, — como vamos ver. Para mais facilidade do leitor, apresento primeiro a indicação dos §§ do meu estudo, e adiante os novos exemplos que os confirmão; depois formarei grupos com os outros exemplos.

§. 2 (e §. 17): *zi* (corresponde a o ⁴ ou a *esse*?), *di*, *qui*, *mazi* (= * *maze* = mas).

§. 7: *cuseyo* (= conselho), *zôio* (= olho), *oya* (= ólha).

§. 8: *sind* (= signal).

§. 9: *pr'u* (= pl'o = pelo), *bure* (= bule), *zêre* (= elle), *riva* (= livra). O *r* corresponde a *d* nas seguintes palavras: *sintiro* (= sentido), *ripressa* (= di préssa), *turo* (= tudo), *ri* (= di), *pore* (= pode?); mas talvez o *d* passasse primeiro por *l*, transformação

maigre, Nigra, Fontanals etc., porque as composições que entrão nelle não tem origem popular, são *hymnos nacionaes*, *poesias politicas*, etc. Isto porém não quer dizer que eu não reconheça nessa collecção um subsidio curioso para a historia do Brazil.

² Deve ser *dizê* (= dizer).

³ = *si diga*?

⁴ Cf. *ni* = *no* (verso 34).

que se encontra em latim (ex. *lacrima* = ant. *dacrima* etc.⁵), e em varias lingoas romanicas (vid. por ex. Diez, *Gram. des l. r.*, I, 218; Ad. Coelho, *Questões da ling. port.*, pg. 291 sq.; Roque-Ferrier, in *Revue des langues romanes*, Outubro de 1883, pg. 187 sq.). Diez (*ob. cit.*, *ib.*) cita varios casos de correspondencia entre *r* e um *d* original.

§. 10. É frequente a prothese de um *z*; *zôio* (=olho), *zêre* (=elle), *zotro* (=outro), etc. Como explicar ésta prothese? Á primeira vista parece haver aqui um caso de agglutinação analogo ao que se dá nos creolos da ilha Mauricio, Luisiana, Trinidad⁶, Guyana⁷, etc. e nas proprias lingoas europeias (fr. *lurette*, port. *zorate* etc.); mas o que é certo é que no continente portuguez se ouve frequentemente, pelo menos em certos pontos (Miranda, Cadaval, etc.), um *z* inicial, já antes de vogal, já antes de consoante (*z-ora!* *z-uma vez*, etc. etc.), com especialidade, senão sempre, no principio de dicção.

Em presença de um texto tão pequeno, será pois difficil decidir a qual das duas classes pertence o phenomeno brasileiro.

§. 12: *pinicão* (significa *bellisco*) assenta no verbo *depenicar*, como o port. *mordiscão* (em *mordiscar*) e *belliscão* (em *belliscar*); *tá por stá*; *Prito* (=Esp'rito).

§. 14: *sinhô* (=senhor), *dá* (=dar), *abri* (=abrir), *qué* (=quer), *servi* (=servir), *sê* (=ser), *siô* (=senhor). A apherese do *s* não só se dá em *Deu* (=Deus) e *nu* (=nos), mas determina o desaparecimento dos pluraes, como em *zêre* (=elles), etc. Em *sind* ha apocope de *l*.

O texto transcripto offerece mais outros phenomenos, como: *z* em vez de *j* (*vêza* = veja, *finze* = finge) e de *ch* (*Sanzo* = Sancho). No dialecto portuguez de Macau (sobre o qual em breve publicarei um trabalhito) tambem se diz *greza* (=egreja), etc. Lê-se: *siperto* (=isperto [esperto]), *sicreve* (=iscreve [escreve]), factos que se podem explicar ou por metathese (*si* = *is*), o que me parece pouco crível, ou por epenthese de *i* e apocope do mesmo som (* *isiperto*,

⁵ Em lat. tambem ha *dingua* ao lado de *lingua*; comtudo E. Förstmann, no seu art. *Ueber deutsche volksetymologie* (in *Zeitschrift für vergl. sprachf.* de Kuhn, xxiii, III, pg. 378), aproxima *lingua* de *lingo*.

⁶ Vid. Ad. Coelho, *Os dialectos romanicos* etc., *passim*. Cf. tambem Lucien Adam, *Les idiomes négro-aryen et maléo-aryen* (Paris, 1883), pg. 34, etc.

⁷ Vid. um pequeno estudo meu sobre o creolo fr. da Guyana in *Revista Scientifica* do Porto, pg. 589. — Cf. phenomenos analogos in *Romania*, xi, 592 (art. de H. Schuchardt).

pron. * *issiperto*)⁸. No verso 9 lê-se *tin* que parece significar *te* (ti), e então será por analogia com *mim*, como o alemtejano *sim* (vid. o meu opusculo *Sub-dialecto alemtejano*, em via de publicação). Ha uma nasal em *nengoca* (= negocio), talvez por influencia da nasal inicial. Ha *nam* (ao lado de *nu* e *nd*) como nos dialectos portuguezes do Sul do Mondego. A fórma *in* (no v. 28) é pop. em Portugal. *Pr'un* (no v. 36) póde ser *pr'um* ou *pr'ũa*, mas é mais provavel a primeira, postoque que haja concordancia de masculino com feminino; este ultimo phenomeno dá-se no verso 1, no v. 5, no v. 8 (*esse gente, Sinhá moço, nu tera*) etc. Cf. §. 28. A *rr* corresponde *r* (*tera* = terra), se não ha erro typographico; a mesma correspondencia se dá no dialecto de Macau. Em *riva* (= livra) não só ha a troca de *l*, que já aponteí, mas redução de *vra* a *va*⁹.

*

A litteratura brasileira tem de certo obstado a que o portuguez soffra modificações mais profundas na bôca dos indigenas; mas nem por isso a propria lingua escrita deixa de offerecer algumas particularidades dialectaes.

Quando eu escrever o meu trabalho definitivo sobre a *Dialectologia portugueza*, para que recolho incessantemente os materiaes, e que comprehenderá os *Dialectos continentaes*, os *insulares* e os *creolos*, farei então um estudo mais profundo sobre o *Dialecto brasileiro*.

Porto, 16 de Dezembro de 1883.

J. LEITE DE VASCONCELLOS.

⁸ Ou haverá um phenomeno analogo ao que se dá com o *z* inicial? Cfr. *zicrito* (= escrito. No v. 9). Assim as fórmas anteriores a *sicreve* e *siperto* seriam * *icreve* e * *iperto*, como a de *zicrito* parece ter sido * *icrito*. O texto é curto de mais para poder resolver a questão.

⁹ Na *ob. cit.* de Lucien Adam encontra-se tambem *-ve* (= *-vre*), *-be* (= *-ble*), a pg. 19 e 21. O mesmo phenomeno se dá na linguagem da infancia (*caba* = cabra etc. Vid. o meu art. *Phonetica da ling. infantil port.* in *Rev. dos Estudos livres*, pg. 381). É pois um phenomeno muito commum.